

convergência

JUN — 1977 — ANO X — Nº 103



- **CEM ANOS SEMPRE A CAMINHO**
Entrevista da Irmã Maria Carmen Gómara — página 263
- **O VOTO DE OBEDIÊNCIA, UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL**
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — página 276
- **TEMPOS E CONTRATEMPOS DA VIDA CONTEMPLATIVA**
Irmã Joana da Cruz, OCD — página 289

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar (ZC-06) — 20.000 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1977:

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea)	Cr\$ 150,00
Exterior: marítima	US\$ 17,00
aérea	US\$ 25,00
Número avulso	Cr\$ 15,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20.000 Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora VOZES Ltda., rua Frei Luis, 100 — 25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

"O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO". Dez anos vivendo isto. Dez anos de CONVERGÊNCIA. Coragem de caminhar e fazer caminhar. A partir da experiência e da vida. À luz da fé que alicerça nossa vida de Religiosos e lhe dá sentido. Procura e renovação que não cessam. Caminhar na Igreja e com a Igreja, de hoje e de sempre.

Registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	257
INFORME DA CRB	259
CEM ANOS SEMPRE A CAMINHO , entrevista da Irmã Maria Carmen Gómara, da Companhia de Santa Teresa de Jesus	263
CARTAS DOS LEITORES	269
O VOTO DE OBEDIÊNCIA, UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL , Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	276
QUE JUVENTUDE É A NÓSSA? Depoimento do Irmão Marista José Roberto Simão, FMS	287
TEMPOS E CONTRATEMPOS DA VIDA CONTEMPLATIVA , Irmã Joana da Cruz, OCD	289
PELAS REGIONAIS DA CRB , Pe. Celso Sehn, MSF	301
A PRIMEIRA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA BRASILEIRA , Riolando Azzi	304
LIVROS NOVOS para Você ler	320

EDITORIAL

Nossa missão não se define "a priori" pelo que achamos que somos. Quanto mais a fundo estudamos a realidade tanto mais sentimos que o que somos é um contínuo "vir a ser".

Para quem está acompanhando de perto a intensa preparação da XI Assembléia Geral da CRB, no mês de julho, vai se delineando de modo sempre mais claro que o problema central para os religiosos do Brasil, na realidade nacional e eclesial em que vivemos é o da NOSSA MISSÃO. Seria mais imediato e mais fácil defini-la a partir de uma posição "a priori" do que somos ou achamos que somos. Mas quanto mais a fundo estudamos a realidade, tanto mais sentimos que o que somos é um constante "vir a ser". A consciência de estarmos no mundo para servir a Deus no serviço dos nossos irmãos vai moldando em nós o que devemos ser em função das exigências contínuas deste serviço que é a nossa MISSÃO.

Neste contexto de MISSÃO, de presença apostólica que prolonga a MISSÃO de Jesus Cristo situa-se o artigo sobre o voto de OBEDIÊNCIA, pelo **P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J.** Ele conclui a série de seus trabalhos, nos últimos três números de CONVERGÊNCIA, sobre o enfoque exigente e atual dos votos religiosos.

Este constante "vir a ser" que a MISSÃO postula nos aparece de modo sugestivo numa perspectiva histórica. CONVERGÊNCIA apresenta neste mês um trabalho interessante de **Riolando Azzi** sobre o primeiro instituto religioso masculino fundado no Brasil e depois extinto. Ele dá

continuidade ao esforço de Azzi, que a CRB tem procurado incentivar e valorizar, de ir pesquisando e apresentando aos Religiosos do Brasil o mosaico de sua história em nosso país. Em nação jovem, em Igreja voltada para o presente e para o futuro, com o peso de tarefas urgentes, a pesquisa histórica sobretudo no âmbito da Igreja, tem tido pouca chance entre nós. Mas ela é fundamental para nos ajudar a compreender a evolução de tantas cousas que nem sempre captamos no momento presente. Por isso mesmo, ela atua como um elemento libertador e relativizador de tensões do presente que se nos afiguram dramáticas mas tiveram na história seus precedentes ou, pelo menos, outros capítulos escritos no tempo.

Estes trabalhos de R. Azzi poderiam despertar ou encaminhar no seio das Congregações uma ulterior análise que frutificasse num acervo apreciável de documentação para a HISTÓRIA DOS RELIGIOSOS NO BRASIL. A **entrevista** de **Ir. Maria Carmen Gómara**, Provincial das Irmãs da Companhia de Santa Tereza de Jesus e a **Carta** sobre a Ordem das Mercês que faz eco a um artigo de Azzi no ano passado explicitam bem esta dimensão.

CONVERGÊNCIA apresenta ainda sobretudo às Contem-

plativas do Brasil uma reflexão sobre a sua vida, **Irmã Joana da Cruz OCD** o publicou na Rivista di Vita Spirituale e o Carmelo de Santa Tereza no Rio e traduziu. Volta de novo aí o problema da MISSÃO situado nos parâmetros tão singulares desta expressão da vida religiosa que é a vida contemplativa.

O DEPOIMENTO do **Irmão Marista, José Roberto Simão**, sobre sua experiência com jovens e as constantes que ela lhe permitiu detectar soma-se bem com o rico INFORME sobre o Primeiro Encontro de Responsáveis de Noviciados e Juniorados Intercongregacionais. São mais de mil os jovens religiosos e religiosas que se formam hoje nestes vários centros que a CRB inspira e mantém em diversas de suas Regionais. Sem contrastar com a formação no âmbito e segundo a índole da própria Congregação de cada um, este esforço intercongregacional de formação inicial tem colhido resultados interessantes cuja avaliação nos vem aqui em primeira mão. Os Noviciados e Juniorados intercongregacionais são um aspecto apenas da vitalidade de várias regionais da CRB no seu serviço aos religiosos. **Padre Celso Sehn** focaliza ainda algumas outras facetas, respigando aqui e ali na vida das Regionais.

P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J.
Presidente Nacional da CRB

núncia que ela exige, para ser plena, faz-se definitivamente, porque só assim pode Deus comunicar-se em toda a amplitude de seu amor. Realizações provisórias, sem empenho irreversível, não estão isentas do perigo de empobrecer a própria vida contemplativa no seu caráter essencial: o valor permanente da doação total. Quer Deus a fidelidade do monge por toda a vida. Por isso é pouco provável resolver-se desse modo a crise vocacional. Seria apenas a substituição de uma por outra. Esta, porém, atingiria a vida monástica nas suas raízes, trocando pela temporária fuga do mundo os fins carismáticos de uma autêntica vocação. A vocação, o apelo à vida contemplativa, é uma questão de profundidade, muito mais qualitativa que quantitativa. Melhor poucas mas autênticas cidadelas de Deus, onde se vive com tempo integral o pleno holocausto da própria vida.

Desequilíbrio entre contemplação e atividade

A vida no claustro exige a renúncia total, não como valor em si, mas porque põe em atividade a dedicação do homem inteiro a Deus. A vida contemplativa constrói-se sobre uma disponibilidade que empenha de modo absoluto todas as faculdades humanas, intelectuais, morais e espirituais. Esse empenho se reveste de um grande equilíbrio entre oração e trabalho, trabalho livre de preocupações de "render", de "produzir", de ser "útil", seja no campo material, seja no espiritual.

Uma das causas da crise hodierna é a infiltração do ativismo e do utilitarismo mundano no interior das comunidades contemplativas. É verdade que a pobreza e as exigências da vida tornaram necessário o trabalho. Mas se este não ficar subordinado às finalidades próprias da vida contemplativa e for assumindo dimensões desproporcionadas, consumindo as energias espirituais, que deveriam ser reservadas à procura do "**Unum necessarium**", transforma-se logo em uma azáfama material sujeitando o homem aos seus próprios fins. O contemplativo tem necessidade de tempo, livre de preocupações de trabalho, para dedicar-se a ocupações espirituais: à leitura e ao estudo, a momentos de meditação particular e de adoração silenciosa. São elementos importantíssimos com os quais ele se prepara para a oração comunitária. Onde faltar esse tempo e o ritmo moderno de trabalho comandar, destrói-se o clima propício à ocupação mais importante do monge, a de imergir-se em Deus. A sua vida espiritual fica na superfície não se abisma nas verdades eternas, torna-se semelhante a muitas outras vidas de homens que não receberam o dom da vocação.

O ativismo pode prejudicar o nível espiritual de uma comunidade contemplativa até destruir a sua vitalidade na Igreja. É perigoso também para cada um dos membros porque pode oferecer-lhe satisfações que ele não encontra na oração: sente-se "útil", orgulha-se do lucro, contenta-se com o "sucesso" de seu trabalho. Para evitar qualquer influxo negativo da atividade desenvol-

experiência. É uma realidade. A análise, que pode ser feita, transmitirá as riquezas para que outras congregações que ainda não participam, por diferentes motivos, tomem consciência do que estão perdendo”.

Valores e vantagens do Intercongregacional

Na avaliação dos mestres, surgiram os valores e as vantagens desta experiência na formação dos jovens à vida religiosa. Enumeremos alguns:

1. Sentido eclesial. A participação revela os outros, possibilita o descobrimento e o apreço das congregações, supera as barreiras.
2. Coloca em contato tradições espirituais diversas.
3. Abre a visão pela conhecimento de outras pessoas, comunidades e engajamentos.
4. Cria amizades, no contato e convivência entre os jovens, no mesmo ideal.
5. Forma comunidade mais ampla que se refletirá na futura ação pastoral.
6. Descobre e amadurece as próprias convicções, possibilitando opção mais consciente.
7. Qualifica e aprimora a formação com conteúdos de melhor nível.
8. Oferece mais qualificação aos formadores no curso, como na programação e avaliação.
9. Tem riquezas na diversificação das linhas e maneiras de formação.
10. Economia de pessoas e união de forças.

Conteúdo do encontro

Durante este encontro, os mestres debateram e aprofundaram alguns importantes princípios que o formador deve ter presente. Tentou-se responder a perguntas desafiadoras: Que tipo de religioso queremos FORMAR? Qual o

MODELO concreto de religioso necessário ao Brasil de hoje? Com oração, debate e aprofundamento, chegou-se a algumas importantes conclusões. O formador proporciona condições para o “surgimento” do homem, de Deus e do povo.

1. HOMEM — consciente, responsável e livre, num processo de amadurecimento contínuo, através do diálogo, abertura, capaz de conhecer e criticar a realidade global, com responsabilidade na construção de sua história e de seu povo.

2. HOMEM DE DEUS — com fé profunda, centrada em Cristo, único fundamento, em Deus que se revela gradativamente nos acontecimentos, nas pessoas e está em cada um. **HOMEM DE DEUS com esperanças.** numa história da salvação. Com sentido profundo eclesial e de Igreja local. Desenvolvendo o seu carisma, pessoal e congregacional, na Igreja. Coerente, convicto e dinâmico.

3. HOMEM DO POVO — no meio do povo de Deus, como sinal de solidariedade com os marginalizados, os pobres, a serviço de libertação dos irmãos; como profeta para anunciar e denunciar. Crescendo num profundo sentido de comunhão com aqueles que o cercam, vivem e trabalham.

OS PRINCÍPIOS da ação formadora são psicológicos e teológicos.

Princípios psicológicos. É preciso que se forme uma pessoa, partindo daquilo que ela é e apontando para aquilo que deve ser em virtude da vocação. Se o ponto de partida é o ser pessoal, o ponto de chegada é a “comunhão”. Só

um processo contínuo de enriquecimento mútuo possibilitará o clima formativo.

Princípios teológicos. A formação à vida religiosa está centralizada no Mistério de Deus. Haverá comunidade religiosa, vida religiosa, quando existe um grupo de seguidores de Cristo "obediente" ao chamado, numa situação concreta do Povo de Deus. A vida comunitária religiosa transcende os níveis sociológico e psicológico para elevar-se ao plano da fé.

Com o Padre Marcello, numa palestra do terceiro dia, o encontro enfrentou o ponto também muito delicado, para não dizer mais atual: **a educação para o serviço.** O que é inserção na realidade? Em que realidade é preciso se inserir? Como dosar esta inserção na formação, hoje? Para a inserção na realidade, Padre Marcello fez as seguintes colocações:

1. Inserção na própria realidade pessoal, criando um clima de verdade, de ser, objetividade, integração e amor, na realidade de cada pessoa.

2. Inserção na realidade de Deus. O jovem que bate à porta da Congregação tem sede de Deus. Precisa ser levado a descobrir Deus, através de uma educação da fé para uma experiência de Deus.

3. Inserção nos outros. Acolher o outro como é. Pontos importantes da formação: acolher o outro, abertura, diálogo, para formar corresponsabilidade, cooperação, compreensão. O religioso deve ser capaz de "com-viver", de assumir em comunhão a sua vida e a vida dos outros.

A inserção na realidade necessita de visão global, da realidade como um todo. Exige humildade, observação. Descobrir — pode-se chegar à comunhão. Sem descoberta e observação, na Verdade e Amor, não haverá "comum união". Estas dimensões da inserção ao nível da pessoa são condições indispensáveis para a inserção na Igreja e no Mundo, na acepção habitual do termo "inserção".

Com o Padre Jaime Sullivan, OMI, foi aprofundado outro aspecto importante da formação: o aconselhamento, ajuda mútua, no acompanhar o jovem no seu processo de formação.

Dificuldades do Intercongregacional

Durante o encontro, foram surgindo as dificuldades do Intercongregacional e foram avaliadas.

1. **Dificuldades no funcionamento dos cursos.** Grande número de noviços e junioristas. Poucas pessoas disponíveis na coordenação e acompanhamento. Programação não bem definida. Instabilidade na frequência ao curso, por parte de alguns. Falta de entrosamento com algumas Diretorias Regionais da CRB. Desnível cultural entre os participantes dos cursos. Dificuldade de assimilação por parte de congregações e formadores que não acompanham o ritmo dos jovens.

2. **Dificuldades com as Congregações.** Resistências e tensões por parte de algumas congregações em relação às "linhas" da CNBB e CRB. Diversidade na linguagem e conceitos como: inserção, realidade, etc. Omissão de forma-

dores na participação e colaboração. Ausência dos provinciais. Grandes congregações, auto-suficientes, que não colaboram, nem com a presença nem com a liberação de professores.

3. Dificuldades entre os participantes. Dicotomia entre o conhecimento intelectual e a ação pastoral ou missão. Falta de inserção na realidade. Formação de senso crítico sem conhecimento da realidade.

Este encontro de responsáveis de noviciados e junioratos intercongregacio-

nais foi o primeiro. Fazemos votos para que haja mais outros, nacionais e regionais.

Redigiram esta notícia:

glaw
Pe. Ângelo Costa, Josefino de Murialdo.

Pe. Manuel Rodrigues Losada, Mercedário.

Irmã Maria Emília Guerra Ferreira, Cônega de Santo Agostinho.

Irmã Maria da Imaculada, Congregação de Nossa Senhora do Calvário.

ENTREVISTA

CEM ANOS

SEMPRE

A CAMINHO

Pe. Marcos de Lima, SDB
entrevistou
para Convergência

Ir. Maria Carmen Gómara
Provincial das Irmãs
da Companhia
de Santa Tereza de Jesus

Poderia apresentar-nos brevemente a sua Congregação?

Nossa Congregação nasceu como resposta a uma situação concreta e à necessidade da Igreja em 1896. O Fundador, **Pe. Enrique de Ossó e Cervelló**, sacerdote espanhol, desde os tempos de Seminário buscava novas formas de anunciar a mensagem do Evangelho. De experiência em experiência foi organizando grupos catequéticos de jovens lavradores, de crianças (os atuais **Amigos de Jesus**), de jovens (o atual **Movimento Teresiano de Apostolado**). Foi inserindo-se nos meios de comunicação social, através de publicação de artigos, primeiro, logo dirigindo até sua morte a Revista Santa Teresa, que ele fundou, e na qual sempre aparecia algum dos seus artigos; editando numerosas obras de fácil divulgação.

Seu dinamismo, sua atenção aos sinais dos tempos, ao momento histórico, e, concomitantemente, ao Evangelho, ao ideal de “estender o Reino de Cristo por todo o mundo” não o deixava estagnar sempre buscando novos meios de atingir seus objetivos. Via que o campo educacional — a educação sistemática — é um fértil campo para transmitir a mensagem. Observava como qualquer governo que deseja levar uma nação a um objetivo toma conta da escola. Pensou fundar, inicialmente um grupo de Professoras católicas capazes de fermentar a ação educativa. Valeu-se do oferecimento de uma professora e do desejo forte de nove jovens de participar desta experiência. Frente à necessidade da Igreja de agentes de evangelização no campo educacional, ela refletiu, estudou, orou. Questionando-se diante de Deus, numa longa jornada

de oração, buscava a resposta mais eficaz para o reino, diante do contexto histórico e do desejo das jovens.

Na madrugada do dois de abril de 1876, domingo de Paixão, depois de longa oração redigia um plano para apresentar ao discernimento de sacerdotes amigos e autoridades eclesiais: Uma **Companhia de Professoras Católicas**, que consagrassem sua vida a Cristo, buscando na **ORAÇÃO** luz, força, apoio e incentivo para a caminhada, iluminadas pela Palavra de Deus e como centro a Eucaristia; seguissem no ritmo de Teresa de Jesus, mulher magnânima, ousada, desbravadora de caminhos, alegre e profundamente eclesial, na busca de resposta apostólica, ali "onde mais perigassem os interesses de Jesus". A Escola seria o Centro, a base de irradiação, donde o **ENSINO** — no sentido lato de educação como apostolado — ser sua atividade principal. E o **SACRIFÍCIO**, isto é, a entrega gozosa de cada momento seria o outro complemento do caminho.

A 23 de junho de 1876, festa do Sagrado Coração de Jesus, as nove jovens se reuniam em vida comunitária para preparar-se à Obra: "Restaurar em Cristo todas as coisas" através da **ORAÇÃO, ENSINO, SACRIFÍCIO**". O Carisma da Congregação tem a Consagração como ponto de partida: Consagração como reserva para a Missão. E o Apostolado de **ORAÇÃO** e **ENSINO**, que exigem o **SACRIFÍCIO** de uma entrega total. Lugar de Apostolado: Onde for mais necessária a presença das Irmãs. Atualmente a Companhia conta com quase 3.000

religiosas espalhadas por três continentes, colaborando na Obra educativa da Igreja, principalmente através da Escola, mas procurando dar sempre as respostas novas e eclesiais, que o Padre Fundador daria, se vivesse.

Em que áreas específicas a Congregação da Companhia de Santa Teresa de Jesus atua no Brasil?

A Companhia no Brasil, como nos outros países, trabalha primordialmente em Educação, considerando-a como Pastoral Educacional, na formação integral da infância e juventude, visando sempre a Pastoral Catequética, procurando a dos grupos infantis, Juvenis e de Adultos, e a formação de Líderes, sem esquecer nunca a promoção da mulher. Seus instrumentos de Evangelização são os Colégios integrados na Pastoral orgânica, com seu cunho próprio, Casas Missionárias, participação em órgãos diocesanos e paroquiais quer de Educação, quer de Catequese, Assistência Social, Promoção Humana, como base de Evangelização, quer de Saúde (apenas nas Missões). O instrumento principal, porém, é a Escola Católica que parte da realidade e busca um caminho de Evangelização.

Suas Obras são hoje: **Pastoral Educacional: 1.** Escola Católica: Itaqui, Livramento, Arroio Grande, Santa Maria, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro. **2.** Participação nas Comissões Diocesanas de Educação. **Pastoral Universitária: Porto Ale-**

gre, RS. **Missões:** Imperatriz e Açailândia, no Maranhão; Itupiranga, no Pará. **Casa de Formação:** Porto Alegre, RS. **Sede Provincial:** Porto Alegre, RS.

Em todas as casas há: Grupos de jovens, Grupos de Oração, Catequese, Auxílio à Pastoral local, Grupos de Crianças (Amigos de Jesus). O trabalho nas Missões tem uma linha peculiar, e é orientada pela respectiva Prelazia.

Quais os objetivos prioritários para sua Província durante o tempo em que a Senhora será Superiora?

A Província quer caminhar evangelizando, em conversão contínua, na busca de comunhão com Deus e com os homens, em peregrinação alegre e disponível, em total fidelidade, até alcançar a plenitude. Para isso quer que cada membro, a partir da REALIDADE, como PESSOA CONSAGRADA, coloque como fundamento do seu existir religioso:

◆ “Um ardente amor a Jesus Cristo” em quem estão centradas toda a vida espiritual e a atividade apostólica da Companhia.

◆ O espírito de oração, como alma e sustento de toda obra evangelizadora.

◆ A obediência, como distintivo, força e eficácia.

◆ A vida comunitária, como modo concreto de fazer presente Cristo entre nós, como aspecto importante da própria identidade evangelizadora.

◆ Desta vivência profunda brotará a ação, a tarefa de evangelizar, “o zelo pelos interesses de Jesus” expresso na plena dedicação à missão de educar em sacrificada disponibilidade ao serviço dos irmãos.

Fundamentados desta forma, seriam objetivos prioritários:

● Criar condições para que cada Irmã tenha consciência clara da importância de SER como pessoa única, original, insubstituível, **ALGUÉM** que se converte continuamente, buscando deixar clara na sua vida a **IMAGEM DE DEUS**. Deste objetivo surgem vários projetos, elaborados a partir de situações concretas para promover a vida **AUTÊNTICA** de Pessoas **CONSAGRADAS**, que vivem o Evangelho, progressivamente, em atitude de fidelidade ao carisma recebido.

● Proporcionar oportunidade e inquietação pelo conhecimento vivo da realidade, sem o qual não pode haver encarnação positivamente transformadora. Também para chegar aí, há um grupo de projetos que apontam um conhecimento vivencial, não apenas crítico, mas prático do ambiente.

● Com base no crescimento no Ser e no conhecimento, sempre atualizável da realidade, da **IDENTIDADE PESSOAL** e **COMUNITÁRIA EVANGELIZADORA**, procurar que nosso **FAZER** seja sempre **MISSÃO ECLESIAL**, tomando como tipo e estímulo Teresa de Jesus, **MULHER** que conheceu a época, viu suas falhas e possibilidades, aproveitou destas para transformar aquelas. Daí, a necessidade de uma

equipe que coordene, pense e estude a **MISSÃO APOSTÓLICA** para animar e orientar a execução e avaliação, sempre procurando superar as crises, ou melhor, transformá-las em etapas de crescimento.

Em todas as Províncias sempre há uma atenção especial para as vocações. Como sua Província tem focalizado, tem sentido este aspecto?

Em primeiro lugar era preciso concluir seriamente que a vida religiosa tem sentido dentro do Povo de Deus; que vale a pena ser religiosa com uma missão a realizar. Desta conscientização, que se vai aprofundando, sobre a **IDENTIDADE** da Companhia na Igreja, surgiu um apreço grande pela própria vocação, uma alegria maior no viver dedicadas exclusivamente a proclamar a Boa Nova, como Pessoas e como comunidade. No momento em que esta valorização começa a crescer, partimos, como Província para um trabalho vocacional mais organizado. Num **primeiro instante**, integração na Pastoral vocacional diocesana ou das cidades, onde existe. Logo uma sondagem de gente que deseja aprofundar, refletir e orar sua própria vocação, seja qual for. Num **segundo momento**, os grupos ficam constituídos por aqueles elementos que desejam estudar especificamente a vocação religiosa, enquanto os outros passam a integrar grupos juvenis, de oração, de reflexão ou estudo.

Há na Província uma Equipe vocacional, que dinamiza o trabalho

nas casas, respeitando as peculiaridades locais. Os colégios são a **BASE** principal do trabalho vocacional. Mas toda atividade vocacional da Província está informada pela oração, como meio de crescimento na própria vocação, como apelo ao Pai para "que envie novos operários". Mensalmente a Província se une em oração na hora Santa à noite, que elabora uma casa cada vez. Um dia por semana cada comunidade oferece sua oração e seu trabalho pelas vocações sacerdotais e religiosas. Assim asseguramos na Província a oração contínua por este fim. A Teresiana não pode esquecer que a Companhia foi fundada também com a finalidade de "orar e colaborar para que haja santos sacerdotes.

Sua Congregação já é Centenária. Qual foi ou tem sido a atitude com relação às Missões, no sentido de anúncio do Evangelho pela primeira vez? Sua Congregação tem Missões neste sentido?

Sim. Nossa Congregação tem Missões. No sentido de anúncio do Evangelho pela primeira vez, na África, principalmente. Aqui, no Brasil, respondendo aos apelos da Igreja, começamos há quatro anos o trabalho missionário, penso que mais de reevangelização ou de reformulação do anúncio, no Norte e Nordeste do País. Além das Missões, especificamente assim intituladas, realizamos também a Obra de **EVANGELIZAR** as classes marginalizadas, quer através do Curso Supletivo, para atender a adultos carentes, quer através da educação de crianças e jovens de famílias com

menos recursos financeiros, que vivem em condições bem abaixo de um nível médio, e também recebendo como Missão-envio, qualquer trabalho no campo educacional: como famílias, professores, alunos, paróquia, catequese, atendimento espiritual ou material a pobres e doentes, etc.

A Companhia tem Missões, quase desde sua fundação. Em 1885, encontram-se já as Irmãs da Companhia na África, em Orán. A seguir, em 1888, no México e em vários países da América Latina. Em 1949 abre-se um campo especificamente missionário em Angola. Uma ampla atividade Evangelizadora durante mais de 25 anos. A promoção da mulher angolana é um dos alvos. Depressa se abrem as Escolas de Formação Feminina e de Magistério. As casas se multiplicam com diversas atividades: Catequese de crianças e adultos, preparação ao batismo, à Eucaristia, assistência aos Quimbo, Leprosário, Maternidades e Dispensário. Em 1968, Angola conta com nove casas e tem possibilidades de constituir-se, dentro da Congregação, província independente. Na situação política atual as Irmãs mantêm seus postos com grande sacrifício e desafiando perigos. Algumas casas foram saqueadas, assaltadas, perderam-se; perdeu-se também alguma vocação. Mas lá continuam nossas Irmãs nativas e européias sem deixar seu campo e com um florescente Noviciado.

No Brasil, desde 1974, a Província brasileira de Nossa Senhora Aparecida se faz presente no Nordeste. Duas casas no Maranhão e

uma no Pará. Ali as Irmãs coordenam a Religião das Escolas, atendem Grupos de Jovens, Clubes de Mães, Mulheres marginalizadas, Ambulatório e Maternidade, a Pastoral entre os colonos da Transamazônica, etc. A Congregação e nossa Província em particular olham com grande carinho o trabalho missionário das Irmãs. São as que voluntariamente se oferecem para ir a estas regiões e muitas outras sentem-se felizes de assumir o trabalho que nos Colégios não podem fazer as missionárias de vanguarda. A Companhia de Santa Teresa de Jesus se alegra de poder servir aos Irmãos menos afortunados em bens terrenos ou em recursos espirituais.

Sua Província está inscrita em ELO — Cooperação e integração?

Está. A Assembléia Geral dos Superiores Maiores do Brasil, reunida no Rio de Janeiro, de 24 a 31 de julho de 1971, decidiu unanimemente a constituição de um fundo de manutenção cuja finalidade primordial seria financiar os programas de promoção e animação da Vida Religiosa no Brasil. Decidiu igualmente que este fundo seria formado a partir de contribuições dos próprios Religiosos do Brasil. Esta decisão se concretizou juridicamente no dia 3 de dezembro de 1971. A nova entidade recebeu o nome de **Elo-Cooperação e Integração**. Nossa província votou a favor da fundação e se inscreveu como sócia no dia 5 de julho de 1972. Somos a

58ª província a se inscrever entre 398 atualmente inscritas. Cremos indispensável esta nossa colaboração como solidariedade, aprovação e reconhecimento do valor da existência e realizações da CRB.

Sei que a sua Província vem se integrando em todo o processo de preparação à XI Assembléia Geral Ordinária Eletiva da CRB em julho de 1977. Poderia focalizar algum aspecto do tema estudado que mais a impressionou?

Talvez o fato de que só poderemos evangelizar a partir da situação concreta, e de que esta situação concreta não pode ser apenas "olhada" numa generalização simplista. Toda situação concreta envolve diversos aspectos que, ignorados, passados por alto ou descuidados, poderão provocar atitudes não evangelizadoras.

◆ Podemos deixar-nos massificar pelos meios de Comunicação Social, recebendo as informações e assimilando-as sem espírito crítico.

◆ Podemos partir para o ideal sem ter em conta os elementos que neutralizam o anúncio da Boa Nova e, então, não comunicar.

◆ Podemos deixar-nos levar por correntes ideológicas, com um cunho de extremismo social, deixando longe a perspectiva evangélica.

Estas e outras alternativas que podem ser consequência de alienação ou de um engajamento marcadamente dirigido para um só setor, me levam a ver o trabalho de estudo da realidade como sério e básico ponto de partida. Como Congregação especificamente dedicada à Educação, considerando a Escola um instrumento que deve ser Centro de formação de agentes evangelizadores, homens comprometidos com seu tempo, vejo, também que toda Obra de EDUCAÇÃO tem que partir de dois fundamentos prioritários: a pessoa e a realidade.

Estes fundamentos exigem todo um caminhar sempre humilde, sempre atento. Parece-me que a Assembléia da CRB vai lançar as bases para chegar a um conhecimento vivencial da realidade, onde a pessoa se moverá, transformando-a ou deixando-a estagnar. Creio que a colocação refletida da REALIDADE, preparada por um estudo consciente, sério e objetivo, poderá proporcionar aos religiosos toda uma visão de sua pessoa, envolvida por um ambiente. Daí poderá buscar os instrumentos mais eficazes de evangelização, a fim de atingir pessoas, transformar situações e, mesmo, reformular sua própria reflexão-ação.

CARTAS DOS LEITORES

**ESTE ESPAÇO,
LEITOR, E SEU.
ESCREVA-NOS.**

Na conjuntura histórica em que vivem os povos do Continente se configura uma clara situação de escravidão dentro da qual os Mercedários devem tornar-se presentes através de seu apostolado redentor.

A Ordem das Mercês

O assunto de destaque desta Carta será a **ORDEM DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS ATUALMENTE NO BRASIL.**

Em novembro do ano passado **CONVERGÊNCIA** publicou um artigo do historiador Riolando Azzi, sub o título a **Ordem das Mercês no Brasil: Instalação, Expansão, Extinção.** Uma síntese da Ordem das Mercês, nos tempos de sua glória, como nos de sua decadência. Houve nela essas duas fases, como as houve em todas as instituições humanas. É uma lei da História. Existirá alguma Ordem ou Congregação Religiosa, de vários séculos de vida, que possa levantar a mão e proclamar que em sua história só se contam triunfos?

O historiador Azzi apóia as suas afirmações em documentos, não fantasia. Procura ser objetivo e imparcial. Apresenta as virtudes e os defeitos, como acha que foram. Quero, porém, apresentar algumas observações, e mesmo reparos, ao mérito do artigo.

1) Aparecem mais em destaque os defeitos que as virtudes da Ordem. Não que o autor tivesse essa intenção; mas o leitor pode facilmente formar-se uma idéia errada. Certo que menciona quanto os Mercedários eram prestigiados no Equador, donde Pedro Teixeira trouxe os primeiros para o Brasil; que eles têm prestado valiosa contribuição ao Brasil; que o Convento de Belém era centro de estudos muito apreciado; que nas missões se adentraram pelos rios Negro e Urubu, afluentes do Amazonas com grande proveito para as almas; que atendiam numerosos centros catequísticos fora das cidades, etc. Porém, teria sido bom ressaltar mais essas atividades, e menos os sinais de decadência.

2) Segundo os dados certos aduzidos pelo autor, a Ordem Mercedária possuía no Brasil muitas fa-

zendas, era tida como Ordem rica, e as suas fazendas cobiçadas por eclesiásticos e leigos. Mas o fato de possuir fazendas não quer dizer grande coisa nem a favor nem contra a espiritualidade de uma Ordem, naqueles tempos. Podiam ter sido compradas legitimamente. Podiam ter sido doadas, caso freqüente, como gratidão ou recompensa pelos trabalhos apostólicos. O dono achava que ninguém melhor que uma Comunidade Religiosa haveria de empregar os rendimentos da fazenda em proveito do povo circunvizinho, além do espírito de fé com que faziam essas doações gravadas com ônus de missas e obras sociais. Deram-se casos em que o dono ingressava na Ordem, como Religioso ou como simples Terciário. Outras vezes estes bens passavam como herança ao filho religioso. O Pe. Marcos da Natividade, um dos fundadores do Convento de São Luís do Maranhão, era filho de um conquistador (1). Quais foram realmente as origens das fazendas da Ordem das Mercês? Seria bom pesquisar.

3) Segundo os costumes de então (hoje de nenhum jeito o aceitaríamos), possuir escravos parece que era considerado como coisa natural. O autor menciona várias Ordens que os tinham, provavelmente eram todas, naquela região. A diferença estava no maior ou menor número deles. Se a lavoura era realizada pelos escravos, é natural que a Ordem que não tivesse nenhuma fazenda não precisava de escravos, ou só de poucos para alguns misteres do Convento. Porém, a que tivesse várias fazendas poderia empregar até centenas deles. O importante seria

saber como eram tratados. Com que espírito humano? Que leis sociais do poder civil e do eclesiástico regulavam as relações dono-escravo e defendiam os direitos humanos mais elementares daquela classe desvalida? Seria interessantíssimo um estudo sobre este assunto (2).

4) Os primeiros Religiosos Mercedários estabelecidos no Brasil vieram do Equador. Eram hispano-americanos que souberam aclimatar-se tão bem que, mesmo durante a guerra de Portugal e Espanha em 1640, ganharam a estima das autoridades luso-brasileiras e puderam continuar em suas atividades. O autor atribui a rápida diminuição do pessoal mercedário no Brasil, como causa principal, ao fato de estar aqueles Religiosos dependentes de seus Superiores na Espanha. Este ponto merece algumas observações:

a) A Ordem das Mercês tinha sua Casa Generalícia em Madri. Por isso, todos os Religiosos da Ordem dependiam das diretrizes daquela Cúria.

b) A Ordem concedia autonomia aos agrupamentos de Casas, capazes de se governarem por si mesmas. Esses agrupamentos chamamos de Províncias. Tinham seu Provincial e Conselheiros, eleitos pelos mesmos Religiosos do agrupamento. A independência para o seu regime e atividades era quase total. Quando o agrupamento era pequeno demais para constituir Província, denominava-se Vice-província. Porém, a Vice-província possuía quase que os mesmos direitos de auto-governo que a Província.

c) Província ou Vice-província só era erigida quando o agrupamento de Casas reunisse suficiente número de Religiosos, sobretudo naturais daquela nação, capazes de exercer o governo e as atividades religiosas, uma economia estável, candidatos para a vida religiosa e Casas apropriadas para formá-los.

d) Os Mercedários do Brasil formaram a **VICE-PROVÍNCIA DO MARANHÃO**. Ainda que nunca fosse muito numerosa, alcançou boa quantidade de Religiosos.

5) As causas da diminuição até a extinção da Ordem no Brasil foram internas e externas. O período da Independência do Brasil com suas lutas e guerras, e as idéias volterianas infiltradas no ambiente até nos meios eclesiásticos, causaram grave impasse em todas as Ordens Religiosas, e não só na das Mercês. Assim, enfraquecida a vivência religiosa, proibindo as leis civis a admissão de noviços, e sem poder receber reforços de Europa, não ficava senão a extinção, que atingiu à maioria das Ordens antigas.

6) À medida que nos Conventos iam ficando menor número de Religiosos, e estes tornando-se mais velhos, era inevitável que aos olhos do povo aparecessem como desleixados, as Casas desmoronando-se, as fazendas incultivadas, e eles como se fossem grandes ricos, pois o que antes pertencia a centenas de Religiosos ia passando para um número insignificante deles.

7) Há um **grave erro histórico** nas palavras de Fernando Macedo, transcritas pelo autor na página 559, ao

dizer: "Os mercedários vieram para a América logo desde o ano 1531, por ocasião da conquista levada a efeito por Pizarro e Diogo de Almagro". A realidade foi muito diferente. Vejamos algumas das maravilhosas atuações dos missionários Mercedários na América, anteriores ao ano 1531.

Já na segunda viagem de Cristóvão Colombo vinha um Mercedário. Este dado nos é fornecido por Pedro Mártir de Angleria, amigo de Colombo, em sua obra **De novo orbe et de rebus oceani, decades** (3). Em 1514 os Mercedários fundam Casa em São Domingos, na ilha desse nome (4). Também em 1514 saía da Espanha para a América o Pe. FRANCISCO DE BOVADILLA missionário famosíssimo, que como capelão do Governador e conquistador Pedrarias Dávila, percorreu a América Central pregando o Evangelho, desde o ano 1523. Em uma das várias viagens que fez à Espanha em procura de missionários, no ano 1527 consegue trazer doze novos missionários mercedários. Depois como capelão de Francisco Pizarro percorre as regiões de Equador e Peru, fundando novas Casas da Ordem, convertendo índios e atuando como mediador entre Pizarro e Almagro. É verdade que estas últimas atuações foram posteriores a 1531 (5).

Em 1522, o conquistador Gil González Dávila sai de Panamá para o Norte, leva como capelão um mercedário. Durante essa expedição foram batizados 32.000 índios, segundo testemunho do historiador Francisco López de Gómara, na **História General de las Indias** (6).

A glória das primícias na evangelização do México cabe à Ordem das Mercês na pessoa do Pe. BARTOLOMÉ DE OLMEDO, capelão e conselheiro de Hernán Cortés em toda a campanha da conquista. Demonstrou bem a sua prudência, quer como conselheiro do Conquistador, quer na evangelização e na administração do Batismo aos neófitos. Passa à América em 1516; em 1517 achamo-lo em Cuba, donde sai com Cortés em 10-2-1519 para a conquista de México (7). Antes de 1531 os Mercedários tinham Casas em São Domingos, Panamá, Leão de Nicarágua e Santa Marta (8). Depois desse ano, os Mercedários continuaram a acompanhar a maior parte dos Conquistadores, como capelães e missionários, por todos os

Vice-reinados da América Espanhola.

8) Como diz o autor, dos quatro Mercedários que saíram do Equador na expedição de Pedro Teixeira em 1639, dois eram Irmãos leigos e os outros dois Sacerdotes. No caminho morreram um Irmão leigo e o Pe. Alonso de Armijo, que vinha como Superior. No caminho juntaram-se-lhes outros dois Padres Mercedários, um deles espanhol de nome F. João Carrasco, que logo instalado em Belém mudou o sobrenome, chamando-se Fr. João das Mercês (9). A inauguração da igreja de São Luís do Maranhão foi no ano 1654, dia 31 de janeiro, festividade de São Pedro Nolasco, tendo feito o sermão o famoso Pe. Vieira (10).

RESTAURAÇÃO DA ORDEM DAS MERCÊS NO BRASIL (11)

O Papa Bento XV, por Bula de 18-6-1920, confiava à Ordem das Mercês a Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia, no Sul do Piauí. Seu primeiro Prelado foi o Pe. Pedro Pascual Miguel, que tomou posse em 29-6-22. Em 1961 a Prelazia foi dividida em duas: a primeira que conservou o título de Prelazia de Bom Jesus e a nova com o título de Prelazia de São Raimundo Nonato.

Para serviço dessas Prelazias, a Província mercedária de Castela tem três Casas na região: São Raimundo Nonato, Corrente e Bom Jesus, todas com paróquia, as duas primeiras com colégio, e a terceira com ginásio. Em 1952 a Ordem abriu

Casa na ilha de Paquetá. E na década de cinquenta abriu mais três no antigo Estado de Guanabara: Ramos, Pavuna e Guadalupe, todas com paróquia e a última com colégio.

Também possui uma Casa em São Paulo, e outra em Pituba (Salvador) Bahia.

Existem no Brasil duas Congregações de Religiosas Mercedárias:

As **Irmãs Mercedárias da Caridade**, fundadas na Espanha. Formam Província independente no Brasil com 14 Casas, Noviciado e 120 professoras. As **Religiosas Mercedárias**, fundadas por Dom Frei Ino-

cêncio López Santamaria, Prelado-Bispo de Bom Jesus do Gurguéia, em 1938, para serviço daquela Prelazia, mas agora espalhadas já por vários Estados do Brasil, com 17 Casas, Noviciado e 115 Professas.

A Venerável Ordem Terceira das Mercês continua esplêndida em muitos lugares tradicionais mesmo sem que tivesse existido lá Comunidade de Religiosos ou Religiosas, e em toda parte onde há Casa Mercedária. Aquela Ordem que no Equador "alcançara êxitos surpreenden-

tes", "aquela gente que se cercava de tanta glória" no seu labor missionário, estabelecido no Norte do Brasil em 1639 lançou raízes tão profundas que agora pode ressurgir com toda força para imitar e sobrepujar o que fizeram os pioneiros mercedários evangelizadores, com a ajuda de Deus e a proteção da Virgem Santíssima, Mãe de Jesus e nossa.

Pe. Alfredo Pérez González, OM
Mercedário — Rio de Janeiro, RJ.

NOTAS

1. SILVA DE CASTRO, EMÍLIO, *La Orden de la Merced en el Brasil y fichas para una Bibliografía Mercedaria*, Rio de Janeiro, 1974, página 15. 2. Sobre as leis sociais e trabalhistas para os índios, na América Espanhola durante a colonização, encontra-se abundante material em BAYLE, CONSTANTINO, *España en Indias*, 4ª ed. Madrid, 1944. 3. A primeira edição foi feita em Sevilha, em 1511, por Cromberg, com o título *Occeanea Decas*. Nas edições seguintes mudou o título, como está no texto. Cfr. VÁZQUEZ NÚÑEZ, GUILLERMO, *Colón y los Mercedarios*, em Revista Mercedária, Santiago do Chile, 1916. Este trabalho com vários outros do mesmo autor foi reeditado num volume sob o título *La Orden de la Merced en Hispanoamérica*, Madrid, 1968. O autor faleceu em 1936. 4. VÁZQUEZ NÚÑEZ, GUILLERMO, *La conquista de los Índios americanos por los primeiros misioneros*, no Boletín de la Orden de la Merced, jun-agos. 1931. 5. VÁZQUEZ NÚÑEZ, GUILLERMO, *Origen de las Misiones Mercedarias en el Continente Americano*, em Boletín de la Orden de la Merced, 1929, página 64-85. Do mesmo autor: *Manual de Historia de la Orden de Nuestra Señora de la Merced*, t. I, Madrid, 1931, página 439. PÉREZ RODRÍGUEZ, PEDRO NOLASCO, *Histo-*

ria de las Misiones Mercedarias en América. Esta obra póstuma do investigador chileno foi publicada como número monográfico na Revista Estudios, jul. set, 1966, Madrid, página 467. 6. Encontra-se esta obra na coleção Bil. AA. EE. de Rivadeneira, t. XXII. A citação foi tirada de VÁZQUEZ NÚÑEZ, GUILLERMO, *Manual de Historia de la Orden de Nuestra Señora de la Merced*, t. I, página 420. 7. VÁZQUEZ NÚÑEZ, GUILLERMO, *Manual de Historia de la Orden de Nuestra Señora de la Merced*, página 421 e no volume citado *La Orden de la Merced en Hispanoamérica*, páginas 47-61. PLACER LÓPEZ, GUILLERMO, *Fray Bartolomé de Olmedo, Capellán de los Conquistadores de Méjico*, Madrid, 1920. A fonte principal para os estudos sobre o Pe. Olmedo é DIAZ DEL CASTILLO, BERNAL, *Historia de la Conquista de la Nueva España*, pois o autor foi soldado de Hernán Cortés naquela conquista. 8. VÁZ NÚÑEZ, GUILLERMO, *Manuel de Historia... de la Merced*, página 439. 9. Ver nota 1, página 11. 10. Ver nota 1, página 15. 11. Esta história da restauração mais detalhada pode ser encontrada em *Mercedários no Brasil Ontem e Hoje*. Também em *Cinquenta Anos dos Mercedários*, volume gráfico com descrição de cada casa e de suas atividades.

TRÊS INFORMAÇÕES MERCEDÁRIAS

Mercedários hoje no Brasil

A leitura de Riolando Azzi: **"A Ordem das Mercês no Brasil"**, *Convergência* — nº 97, novembro 1976, fala da instalação, expansão e extinção dos Mercedários na Terra de Santa Cruz. O trabalho é documentado e de valor científico. Esquece, porém, a seguinte bibliografia que poderia informá-lo quanto ao período de restauração: **"Os Mercedários no Brasil ontem e hoje"**, 1968. Vários autores. Ed. Borsoi. Rio de Janeiro. **"Los Mercedários en el Brasil"**, 1974. Dr. Emílio Silva. Ed. Imprensa Nacional. **"Cinquenta anos dos Mercedários"**, 1973. Fernando Cascón. Ed. Fogliati. Rio de Janeiro.

A restauração iniciou-se aos 18 de julho de 1920, quando, pela Bula do Papa Bento XV, **"ECCLESIAE UNIVERSAE"**, a Santa Sé ofereceu à Ordem a Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia. Aos 28 de julho de 1922 chegam ao sul do Piauí — São Raimundo Nonato — os primeiros mercedários desta segunda época. Aos 17 de dezembro de 1961 a Prelazia foi dividida em duas, Bom Jesus e São Raimundo Nonato, sendo esta última entregue também aos cuidados da Província de Castela. Hoje lá estão três bispos mercedários e três comunidades religiosas que atendem às duas Prelazias e à diocese de Campo Maior.

Em 1952 a Ordem das Mercês se estabeleceu no Rio de Janeiro; em 1954 em São Paulo e em 1960 em Salvador, Bahia. Atualmente os mercedários encarnam seu carisma fundacional num trabalho libertador nas periferias das grandes cidades: Rio, São Paulo, Salvador e no interior de sertão piauiense.

Mercedários em Assembléia

De 9 a 15 de fevereiro reuniram-se em Lima, convocados pelo Pe. Geral, Frei Domenico Acquaro, os Provinciais de América Latina, que representavam os religiosos do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guatemala e México. O encontro teve como objetivo refletir sobre **"Nossa identidade Mercedária na América Latina. Que somos, o que fazemos, para onde vamos."**

Neste sentido diz o documento final da reunião: "A análise da problemática pastoral das Províncias Latino-americanas, descobre, como elementos comuns, a existência de uma situação de injustiça e opressão a nível social, econômico, político, cultural e religioso, que configura uma clara situação antievangélica.

"Esta situação, por outro lado, é denunciada por todo o episcopado latino-americano em sua declaração

conjunta, firmada na cidade de Medellín (Colômbia) em 1968, e vem sendo reiterada, em forma cada vez mais explícita, pelos diversos episcopados nacionais que a definem como “perseguição aberta” (Episcopado Alemão), “clara perseguição à Igreja” (Paraguai), “Ação perniciosa e funesta” (Brasil), situação perante a qual “a Igreja não pode permanecer passiva nem neutra” (Chile) e situação na qual “há uma rejeição da paz do Senhor, ainda mais, do Senhor mesmo” (Peru).

“A Assembléia de Superiores Provinciais da América Latina considera que, nesta conjuntura histórica em que vivem os povos do Continente, se configura uma clara situação de escravidão, dentro da qual a Ordem deve tornar-se presente através do exercício de seu apostolado Redentor.

“Trata-se, com efeito, de “uma situação social opressiva, e degradante para a pessoa humana, que dimana de princípios opostos ao Evangelho, gravemente perigosa para a fé”, condições estas que a Ordem exige para considerar uma determinada situação como terreno de sua ação redentora” (**Mensagem do Capítulo Geral à Ordem, 1934**).

Mercedários:

trabalho vocacional

De 31 de janeiro a 5 de fevereiro reuniram-se em Guadalupe, Rio de Janeiro, os mercedários que trabalham em Piauí, Salvador, São Paulo, Rio. O encontro se realiza periodicamente, cada ano. Nos dois primeiros dias esteve em pauta a elaboração de um plano para o traba-

lho vocacional que abrange três centros de formação: segundo grau em Guadalupe, Rio; noviciado em Bom Jesus, Piauí; filosofado e teologado em São Paulo. Depois foi feita uma experiência de oração com Pe. Haroldo Hahm, seguida de uma reflexão sobre a vida comunitária em suas várias dimensões. Ao lado do plano de trabalho torna-se imprescindível — segundo nossa reflexão — um clima vocacional que se confunde com uma vida comunitária profunda, a nível provincial e de comunidades locais, que para isto deverão transformar-se em:

◆ Comunidades orantes, à escuta da Palavra. Os jovens que chegam não vêm evangelizados; querem encontrar Deus através de nossa vida.

◆ Comunidades evangelizadoras, comprometidas com as grandes causas do mundo de hoje, especialmente com os mais necessitados. A pergunta “para que” de nossa vida é feita, com frequência, à queima roupa.

◆ Comunidades de testemunhas, capazes de chamar a atenção para novos rumos na vida, capazes de acolher. O jovem hoje não busca em nós uma vida fácil; busca apenas acolhida, aceitação incondicional de sua pessoa.

◆ Comunidades partilhadoras de bens. Vindos de uma sociedade de consumo, onde o ter superpõe ao ser, os jovens buscam em nós outro modelo de vida, onde o ter só tem sentido para ser e servir.

Pe. Manuel Rodrigues Losada, OM
Provincial Mercedário, — Rio, RJ.

O VOTO DE OBEDIÊNCIA. UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ
Presidente Nacional da CRB

São Paulo nos apresenta Jesus Cristo como feito obediente até à morte e morte de cruz. Toda uma forte tradição espiritual da **imitação** de Cristo centrou o sentido e a necessidade da obediência, na Vida Religiosa e na Igreja, em geral, no fato de que Cristo foi obediente. O que não se perguntou bastante foi em que e porque Cristo foi obediente. E esta é a pergunta fundamental, que pode embasar e iluminar, na linha do **seguimento** de Jesus Cristo, toda a nossa obediência de religiosos.

A obediência de Jesus Cristo não é uma virtude, que Ele poderia acentuar mais ou menos, como em sua vida enfatizou algumas virtudes e deixou outras na sombra, embora as vivesse todas. A obediência de Cristo está intimamente ligada ao seu próprio ser de Filho de Deus feito Homem, de Verbo Encarnado como homem para os homens. Ela

decorre da razão mesma de Sua Encarnação, de sua Missão. Jesus obedece ao Pai, porque o Pai tem sobre Ele um plano. Daí, a insistência com que Ele repete que veio ao mundo para fazer a vontade do Pai e que é isto o Seu alimento. Nos momentos cruciais de sua existência, Ele realiza o desígnio do Pai e quer que se realize não a sua vontade, mas a do Pai. O seu tempo era o tempo do Pai. Cabia ao Pai dizer-lhe quando era chegada a sua hora.

Tudo isto que se cumpriu em sua vida, rearticulava-se com o lento caminhar da vontade do Pai, ao longo de séculos, tecendo a História da Salvação. Algumas vezes o Pai fez emergir de modo mais explícito o seu roteiro de VIDA e o foi balizando através de figuras centrais que permitissem no futuro e a longa distância perceber a trilha de Deus no emaranhado dos acontecimentos dos homens. Os patriarcas

e os profetas prefiguram e anunciam o que mais tarde se cumprirá no Cristo e o que o próprio Cristo fará questão de realizar, para que se cumpram as Escrituras. Nesta plenitude dos tempos, em que Deus, depois de ter falado aos homens de muitos modos, fala-lhes por Seu Filho, este Filho sabe que nele culminam milênios de esperança humana, alimentada desde os primórdios pelo Espírito do Senhor.

Mas Ele sabe também que a História continua. Se os homens antes caminhavam sem saber ao certo o que esperavam, eles sabem hoje que toda a História está grávida do Cristo. Deus manifestou nEle o Seu plano sobre os Homens. Numa grande amplitude, o pêndulo da História da Salvação oscila entre o ápice da manifestação do amor de Deus revelando-se ao Homem na encarnação do Filho e o termo final da mesma História, a parusia da revelação definitiva da glória do Senhor. É na trajetória desta amplitude que nos situamos nós, os que vivemos depois da vinda do Salvador.

O plano de Deus, esbatido ao longo da Escritura toda, concretiza-se bem mais através das palavras do próprio Cristo, assim como deixadas no Evangelho. Sua Missão foi realizar a Vontade de Deus. No seguimento de Cristo, pois, o objetivo central é continuar a realizar no mundo a vontade do Pai. Esta é a meta de nossa vida, de todos nós, os chamados a participar em Cristo das riquezas do amor de Deus. Esta é a vocação a que todos fomos chamados. Nisto se concretiza a nossa santidade.

A obediência na vida religiosa

Mas entre as vocações apostólicas na Igreja, uma há que professa de público o esforço de coerência com o projeto total do Evangelho e é reconhecida e legitimada como tal pela própria Igreja, que perpetua no mundo a missão de Jesus Cristo. As pessoas que para isso se consagram plenamente a Deus para o serviço dos homens, desejam recapitular de modo significativo a presença de Cristo no mundo. A busca da vontade do Pai e a sua concretização no quotidiano da vida é, pois, para elas alguma coisa de ineludível, é a razão mesma de sua vida. Elas reassumem assim esta perspectiva cristológica da obediência.

A obediência, pois, na vida religiosa, não é propriamente um instrumento ascético, para ser usado ao sabor do arbítrio das pessoas. Nem é tampouco uma virtude que possa ser cultivada hoje e eclipsada amanhã. Menos ainda é uma forma de exercício de domínio de umas pessoas sobre outras, pela qual umas dispõem das outras segundo a índole de seus planos pessoais.

A obediência na vida religiosa também não se situa na faixa das inúmeras obediências necessárias à boa regulamentação da atividade entre os homens. Esta, normalmente, se baliza pelas leis e prescrições em, praticamente, todos os campos da vida e do agir humano.

A obediência na vida religiosa é algo de muito mais profundo e se encontra no nível da relação direta entre Deus e o homem, entre Deus e cada homem, entre Deus e todos

os homens. A obediência consagrada pressupõe a compreensão de que todos aqueles que foram vocacionados à vivência radical do projeto evangélico entendem que estão continuando no mundo a presença e a missão de Jesus. Supõe também a convicção de que, na prática e na história concreta, este chamado de cada indivíduo se faz no contexto de uma comunidade. Esta deve ser no mundo, como cada um de seus membros, presença do Senhor. Isto é o que fundamentalmente a identifica e a distingue de todos os demais grupamentos humanos, que gravitam em torno de outros objetivos. As leis internas, portanto, que a regem como comunidade religiosa e que lhe sustentam o crescimento e o movimento, tocam o mais íntimo de cada pessoa e, de modo algum, poderiam basear-se exclusivamente no aprimoramento sócio-metodológico dos processos dinâmicos de relacionamento, comportamento e ação, embora possam ajudar-se por eles.

O procurar a vontade do Senhor não é algo que incumba a alguns e não a outros dos membros da comunidade. É tarefa de todos. É a vida de cada um. E se cada um tenta concretizar no dia a dia esta busca sincera da vontade de Deus, como é que se pode eximir ou pode ser excluído da busca da vontade do Senhor pelo corpo apostólico a que pertence, pela comunidade institucional da qual é membro? A concepção puramente vertical de obediência, que primou em tantos séculos de vida religiosa e centralizava exclusivamente no Superior a busca da vontade de Deus, negligencia dois aspectos teológicos fun-

damentais. O primeiro é a presença constante e ativa do Espírito Santo em cada um de nós, em todos nós. Ele se serve de qualquer um e não só dos constituídos em autoridade, para manifestar a todos o imperscrutável de seus desígnios. A atenção, portanto, seja dos Superiores, seja de toda a comunidade, à manifestação do Senhor através de cada um dos membros do corpo apostólico é algo de básico na perspectiva de obediência. Porque, pode ser que o Senhor nos fale pelo mais humilde dentre nós, pois ele nem sempre fala segundo a sabedoria dos homens. Não foi assim que Ele falou na sinagoga de Nazaré? E não foi pelo filho do carpinteiro que Ele disse aos sacerdotes e aos escribas os insólitos planos de Deus sobre o seu povo? Mas há um outro aspecto que ficou igualmente esquecido. É o sentido da corresponsabilidade pela retidão da missão do corpo apostólico, que incumbe a todos e não só aos superiores. Isto deve fazer-nos atentos a tentar captar os sinais de Deus através de todos, como deve libertar-nos todos para manifestar os impulsos de Deus em nós. Não foi por aí que Deus fez falar os Profetas aos Reis e aos Sacerdotes? Não foi este o caminho das grandes conversões da própria Igreja? Não foi em força do amor à Igreja que Francisco pobre se apresentou a Inocêncio III, detentor do supremo poder temporal e espiritual de seu tempo?

Presença do Espírito e Corresponsabilidade

A sociedade humana se organiza para procurar o bem comum. Em

sua criteriologia porém, não se pergunta sobre o que propriamente é a Vontade de Deus. A comunidade religiosa se reúne para tentar explicitamente descobrir sempre esta Vontade. Só Deus pode dizer-nos o que Ele quer de nós. Ele está na origem de toda autoridade religiosa e, portanto, de toda obediência. Revelou-se no Antigo Testamento. Manifestou-se plenamente em Jesus Cristo. Ele nos fala nas Escrituras e na Tradição, pela Igreja e pelos acontecimentos. A cada comunidade, pois, escutar e retomar esta Palavra, sob a ação do Espírito, nas circunstâncias concretas em que ela se encontra e conhecer sobre ela a vontade de Deus, aqui e agora. Isto e só isto será efetivamente o seu bem comum.

Esta presença do Espírito em todos e a decorrente corresponsabilidade de todos pela missão torna a obediência muito mais exigente. Numa concepção meramente vertical, a licença ou permissão do Superior de certo modo legitimava a ação do súdito. Isto permitiu notórias aberrações pessoais e institucionais. O importante, no entanto, é que, antes mesmo de buscar com a comunidade e com o Superior a vontade de Deus, é no íntimo de meu coração que devo confrontar-me com o meu Senhor. E os critérios deste confronto serão tão somente os da missão de Cristo que me toca continuar. Eu os verei no ângulo pequeno de minha percepção. Os outros me ajudarão depois a ver mais, a ver por outros ângulos, a purificar-me sempre mais na minha visão.

Obediência e discernimento

Nesta perspectiva é que vemos a atualidade da restauração e revalorização do **Discernimento Espiritual pessoal e comunitário**, quer como clima de todo o processo de identificação da vontade de Deus, quer como método e recurso técnico para viabilizar essa procura do que quer o Senhor. Não é aqui o momento de entrar a fundo na análise do discernimento, que tem sido objeto de excelentes estudos. O importante, porém, é ter presente que ele supõe basicamente **três elementos** sem os quais o exercício da obediência assim como apresentamos se torna impraticável. O discernimento exige a **liberdade interior** de cada pessoa, fruto de sua conversão, de sua capacidade de não se deixar mover por quaisquer razões menos puras e, portanto, de algum modo viciadas pela presença imediata ou não do pecado, sobretudo na linha do amor e da verdade. Essa liberdade interior é condição prévia, para que, na elaboração de nossas decisões sobre cousas ou pessoas, em função da missão, não façamos passar nossos objetivos pessoais, eventualmente injustos e arbitrários, como sendo a vontade de Deus. Por outro lado, o discernimento exige que, nesta atitude de pobreza do ser e da pessoa que se traduz precisamente na riqueza da liberdade, todos nos ponhamos **à escuta uns dos outros**, sem limitações nem prepotências, certos de que Deus nos pode falar por todos. Finalmente, não há discernimento sem clara referência à **realidade** conhecida. Onde falta, pois, informação tão completa quanto possível, estudo sério da realida-

de em questão, não há condições para um discernimento honesto e que tente encontrar na verdade e no amor a vontade do Senhor.

A isto acresce o fato de que, satisfeitas estas três condições em nível **pessoal**, elas se devem encontrar também em plano **comunitário**. Só este pressuposto justifica que, no mesmo espírito de fé, o discernimento pessoal, conducente a determinados resultados em função do horizonte da pessoa, deva ser continuado em vista dos objetivos de missão comum do corpo apostólico a que pertence esta pessoa. A comunidade ou o grupo lhe confirma ou amplia estas perspectivas, sobretudo no âmbito do terceiro elemento, o do conhecimento e informação sobre a realidade das cousas ou pessoas em função das quais se faz o discernimento. Isto pode vir a exigir a superação ou mesmo modificação dos resultados do discernimento pessoal. A obediência religiosa e portanto o discernimento espiritual que a prepara e viabiliza não se restringem nunca tão só à esfera individual de uma pessoa. Há sempre uma referência necessária ao corpo apostólico. É no seu contexto que se situa a pessoa como indivíduo e é em função da sua realidade de corpo que cabe a função de Superior e a obediência que se lhe deve. Na medida em que ele faz crescer a participação, pelo discernimento e auscultação, ele torna as futuras decisões duplamente eficazes, porque o confronto de visões, num clima de amor e de verdade, aprimora a elaboração das decisões, e porque estas, adotadas através da ampliação de uma base de consen-

so, compromete mais consciente e responsabilmente a todos. Um bom superior, pois, tomará assim a decisão já praticamente amadurecida no clima comunitário que ele soube criar e fomentar a seu redor. Na vida institucional de todo grupo humano, todos os membros da comunidade ou grupo, por sua vez, devem se empenhar no processo honesto de procura do bem comum, em função dos objetivos e da missão concreta de cada comunidade. Ele emerge, pois, como fruto de um consenso e expressão de uma consciência comunitária. Há, no entanto, um outro tipo de superior. É a figura autocrática, que elimina ou descarta sempre e até por princípio o processo de discernimento, que precisamente conduz à formação do clima de consenso comunitário, para abrir espaço à desastrosa afirmação de sua coragem decisória. Uma coragem enorme e hoje não raro temerária, se entendermos que a coragem nem sempre é ato responsável.

A figura do superior: perspectiva eclesiológica

Tendências mais recentes têm pretendido esvaziar e mesmo eliminar toda necessidade de autoridade nas Congregações e Comunidades Religiosas. Elas se baseiam em dois elementos:

O primeiro, seria a natureza carismática das Congregações Religiosas que estaria em contradição com qualquer manifestação hierárquica na sua organização. O segundo, seria o primado da pessoa, chamada de modo individual e intransferível,

segundo os apelos do Espírito no mais íntimo de si mesma. Sobre esse segundo aspecto voltaremos um pouco mais abaixo. Quanto ao primeiro, não podemos perder de vista algumas dimensões importantes. Não há na Igreja exclusividade hierárquica ou carismática. O povo de Deus, no seu todo, está sob a ação do Espírito Santo: Bispos, Presbíteros, Diáconos, Religiosos, Leigos. A dimensão de serviço que através do Sacramento da Ordem assumem alguns na Igreja, sendo constituídos no corpo hierárquico da mesma, não só não os priva, como pessoas, da ação do Espírito, como os enriquece precisamente em função do serviço a ser prestado. Há, pois, na dimensão hierárquica da Igreja, que lhe é inerente, a presença simultânea da dimensão carismática também.

Os Religiosos surgem na vida da Igreja não como qualquer coisa essencial a ela. Emergem da consciência da Igreja e são por ela hierarquicamente legitimados. A Igreja hierárquica ao aprovar esta ou aquela Ordem ou Congregação Religiosa parte do conhecimento e análise de sua índole, de sua experiência espiritual de origem, de seus objetivos, da missão ou serviço que, em decorrência de tudo isto, ela pretende oferecer à Igreja. Que isto se encontre contido numa fórmula ou súmula do Instituto ou já mais desenvolvida numa Regra de Vida ou Constituições, o fundamental para a Igreja hierárquica é a legitimação de um grupo ou corpo apostólico novo entre os fiéis que ela aprova e assume conhecendo-lhe a índole, as características e os objetivos.

Mas a mesma Igreja que aprova e legitima quer a continuidade do projeto e a fidelidade a ele. Ela não aprova nunca, pois, um grupo que não responsabilize particularmente alguns dentre os seus membros pela vida do próprio Instituto. Estes são, em geral, eleitos ou designados pelo próprio grupo. Mas esta missão de serviço, que é a autoridade, lhe vem da Igreja hierárquica que confia assim ao próprio grupo, na pessoa de seus representantes, a tutela do bem de todo o corpo apostólico. No entanto, a Igreja retém seu interesse e vigilância em relação ao grupo, seja em nível universal, através do Papa, seja em nível local, através do Bispo. A autoridade, pois, na vida religiosa é, na medida de sua delegação pela autoridade hierárquica que a aprova e legitima, uma forma de presença hierárquica no seio de uma comunidade carismática. Esta presença se faz em níveis diversos, dos quais os mais habituais são o geral, o provincial e o local. O superior, pois, tem e terá sempre o seu sentido e a sua missão própria no contexto eclesial em que se situa a vida religiosa.

A figura do superior: perspectiva psico-social

A experiência e a psicologia social têm revelado à sociedade que um grupo humano não prescinde do superior (coordenador, chefe, líder, ou outros nomes que se queiram propor). Ou ele se dá o superior. Ou ele recebe o superior. Ou então, se quer ingenuamente permanecer sem superior, este emerge naturalmente em seu meio, com o seu consentimento ou à sua revelia. O pró-

prio fato do grupo humano afirmar que não precisa de líder significa, em geral, que já está sendo liderado.

A emergência de um líder ou superior natural que traz consigo tantas vantagens nos diversos grupos societários é, não raro, contra-indicada nas comunidades religiosas. Porque o superior aqui se situa muito menos na faixa da organização, que tem suas leis próprias e já em boa parte experimentalmente comprovadas metodologicamente. O superior religioso, sobretudo hoje, se move mais na linha da captação do mistério das pessoas, da pedagogia divina a respeito de cada um, bem como no confronto, em bem do corpo apostólico, da história de cada um, na busca da vontade comum do Pai sobre todos eles. O superior é, portanto, no seio de uma comunidade religiosa, o primeiro comprometido com o processo permanente de discernimento. Por isso mesmo, é o primeiro que não pode dispensar os outros ou deles se afastar. Ele consulta, ouve, intui, unifica a busca comunitária, verifica na visão mais global do conhecimento de todos a oportunidade maior de atinar com a vontade do Senhor. Ele é, pois, o primeiro que obedece, na consciência de que toca a ele, ao termo do processo, ajudar ao grupo a tomar as decisões, a avaliar e questionar as decisões tomadas, a enfrentar as grandes e graves decisões, diante da qual, às vezes, pode intimidar-se o grupo. Pode tocar a ele, por vezes, auscultado o grupo, em meio à perplexidade ou à falta de um consenso substancial ter de tomar decisões, tendo presente a linha de orientação de todo o corpo

apostólico que tenta identificar a vontade do Senhor.

Tudo isto torna a missão do Superior religioso, numa visão de obediência não meramente vertical, sumamente delicada e difícil. Mais do que qualquer outro, ele deve ser, pela natureza de sua função de serviço ao grupo, uma pessoa extremamente atenta aos sinais de Deus onde quer que eles se manifestem. Consciente de sua posição, de suscitar o processo de discernimento e de criar espaço sincero de liberdade que permita a todos manifestar-se, ele honestamente não pode impor sua visão das cousas, nem diplomaticamente conduzir o processo para que venha a desembocar onde ele quer. Poucas cousas minam tanto a imagem de um superior como a intuição pela comunidade de suas falhas na verdade. A limitação é quase sempre compreendida e tolerada. É inaceitável a duplicidade do que tenta impor e mais intolerável ainda quando quer camuflar-se sob a aparência da busca de um consenso que o respalde. Por outro lado, não se alimenta um processo de discernimento da vontade de Deus, sem criar na comunidade uma profunda união de corações, que decorre em todas as pessoas do cultivo da pobreza do ser e da pessoa, desta capacidade de conhecer o nosso limite e de acolher o outro, com o seu limite como de colocar a serviço no amor os valores de que somos conscientes aceitando integrá-los com valores dos outros.

Vocação e missão

É aqui que uma reta visão de obediência traz consigo alguns mo-

mentos dialéticos. Por um lado, a presença do Espírito que fala em cada um e a corresponsabilidade de todos pelo bem da missão, pressupõe um amplo e crescente conhecimento de cada um por todos e de todos pelo Superior. Só na medida em que seja conhecido dos outros o código pessoal pelo qual filtramos em nós o que julgamos que Deus nos diz, é que será de fato entendida e avaliada a nossa linguagem e, portanto, a nossa mensagem. Esse código está feito da complexa realidade do que somos, dos pendores pessoais, dos valores e limites familiares, de nossos enfoques de formação, da tessitura de nossas experiências, tudo enfim que foi lentamente compondo em nós o substrato de opiniões e posições, o tipo de chão interior que permite que a semente em nós seja esterilizada pelas pedras ou asfixiada pelos espinhos, ou, pelo contrário, seja fértil e fecunda e frutifique em medidas diversas. Isto exige de nós uma transparência grande e um ser realmente o que somos. De novo supõe-se esta pobreza do ser e da pessoa que não pretende vender-se por preço maior nem menor, mas que simplesmente se revela no que é e se deixa trabalhar também pelos outros para ser mais. Esta transparência situa-se no plano da verdade, pressuposto, aliás, indispensável de toda a perspectiva de obediência religiosa, sob pena de sermos os mais infelizes dos homens.

Mas há um outro aspecto quase antitético. Em cada pessoa está latente uma continuidade de história que não pode ser perdida. Dificilmente será modificada plenamente, embora possa ser purificada e pe-

dagogicamente reorientada. Não há, pois, um painel de critérios e de valores que nos permitam, como numa linha industrial de produção, aferir sempre a qualidade objetiva do produto e eliminar aquele que apresenta carências e defeitos. É a partir da realidade concreta de cada um que tentaremos nele e com ele dar continuidade à sua história. Dentro desta visão, cabe menos a perspectiva da obediência que primou em tantos séculos, de querer sempre contradizer a natureza e a índole das pessoas. Prepará-las para uma função e fazê-las exercer depois outras sem qualificação específica, sempre em nome da infalibilidade da obediência no plano da fé. Contradizê-las de modo sistemático, para levá-las a "crescer na virtude". Repreendê-las sem motivo para aprofundá-las na "humildade". Tudo isto se situa fora do enfoque da verdade. É, portanto, efêmero e sem sentido. Deve haver uma continuidade sem rupturas entre o que a pessoa nos trouxe à vida religiosa, como bagagem existencial da sua vida, em termos ontológicos e psicológicos, e aquilo que fazemos com que nela cresça à luz da sua consagração a Deus e da sua missão entre os homens. O fenômeno relativamente frequente entre religiosos, de desequilíbrios emocionais e afetivos, ou de total anestesia da capacidade criativa e de realização efetiva, tem nesta ruptura suas origens e lhe paga, às vezes, um preço fatal.

Inscreve-se aqui uma das tarefas capitais do Superior, que não pode ser plenamente partilhada com todos os membros da comunidade,

embora alguns o tenham postulado utopicamente. A atenção às pessoas e sobretudo a esta integração e unificação continuada e progressiva delas em sua vida e em sua missão supõe, de fato, o encaminhamento de um diálogo transparente e profundo entre o superior e cada membro de sua comunidade. Não se pode pedir seja sempre instituído totalmente a nível de intercomunicação entre todos os membros de uma comunidade. Isto exige que o religioso queira realmente se revelar e que o critério desta auto-revelação seja a preocupação central de seu crescimento para a missão, que é função de sua progressiva integração como pessoa e como membro deste corpo apostólico. Isto corresponde também, do lado do Superior, a um infinito respeito pela pessoa, que decorre da responsabilidade grave de sua função, pela qual pode vir a ter acesso a estratos íntimos da pessoa, que lhe são revelados, aqui, sim, numa perspectiva de fé e em função tão somente da missão e talvez não o fossem nunca nem mesmo no plano imanente de uma amizade fraterna.

É na decorrência sintética desta dupla perspectiva dialética que acabamos de configurar, que dificilmente pode ser substituída pela comunidade a função específica do Superior, sem detrimento profundo e real das pessoas que estão em jogo. Juntamente com a comunidade, no processo de discernimento a que acima aludimos, mas com uma visão mais abrangente, seja do todo da pessoa de cada um, seja do conjunto explicitado por todos na busca de certo consenso, o Supe-

rior pode ser livrado legitimamente e por razões que tocam o bem da pessoa ou o bem da missão, a decidir de modo final sem necessariamente levar em conta quer o consenso, quer a expressão da maioria de sua comunidade. Falamos aqui, evidentemente, das instâncias ordinárias de concretização do governo religioso de cada dia e não das instâncias necessariamente colegiadas de uma Província ou Congregação, como são os capítulos ou assembleias, onde está presente em todos a responsabilidade da autoridade religiosa diante da Igreja e do corpo apostólico em questão. Na faixa do governo ordinário, a comunidade sem superior ou a instituição permanente e constante do governo colegiado mesmo quando favorecidas por condições privilegiadas não conseguiram deixar-se comprovar como válidas pela experiência. E as razões são as que acima indicamos. Ou as pessoas se fecham na indispensável manifestação de si mesmas, imprescindível para a missão, ou a autoridade acaba se diluindo confusamente pelos vários membros do colegiado, que já não constituem mais ponto de referência válido para o exercício exclusivo, na fé, da obediência de um homem a outro homem, que não se pode exercer em termos religiosos a não ser na perspectiva de fé. Segue-se então todo um ajeitar-se e acomodar-se deste grupo que passa a reger-se pelos padrões sócio-metodológicos de qualquer grupo humano e se esvaízia na dimensão de transcendência, única legitimadora de sua existência, e única capaz de preservá-lo da ação corrosiva de tantos fatores — prin-

principalmente os da política e do poder — que acabam por devolvê-lo, com a maré do tempo, às praias das instituições meramente humanas e societárias. A obediência aí não ultrapassa então o alcance da obediência às leis de trânsito, ou às normas da estrita organização funcional do grupo.

Salvaguardada, porém, a função do Superior e o desempenho concreto e à altura dela por aquele que é nela investido, nos termos complexivos acima descritos há realmente aí um extraordinário serviço às pessoas e à comunidade no seu todo. E este tem o seu ponto-chave no proporcionamento sempre melhor da **pessoa à missão e da missão à pessoa**. Ele cria paradoxalmente limitações na missão por exigências da pessoa e, por outro lado, exigências à pessoa por necessidades da missão. O **primeiro** aspecto nos daria hoje a coragem para fechar obras para as quais já não temos pessoas ou que só levamos à frente com sério e grave detrimento daqueles a quem impomos ou pedimos continuar arcando com elas praticamente sozinhos ou desguarnecidos de um mínimo de condições para sobreviverem como pessoas humanas dentro das exigências de sua vocação religiosa. O **segundo** aspecto nos permite, em nome da missão e avaliando o sacrifício que estamos a pedir, solicitar em certas tarefas ou funções o desempenho de pessoas, que quase se devem superar a si mesmas para poderem assumi-las. Isto parece contrastar com tudo o que acima dissemos a respeito da continuidade da história de cada um e da necessidade, seja para a

comunidade, seja para o Superior, de buscar de todos um conhecimento mais adequado, a fim de proporcionar a **pessoa à missão e a missão à pessoa**. Realmente contrasta. Lá, falávamos porém, de um procedimento que deve ser habitual na vida religiosa. Aqui temos em vista casos mais raros e que, nem por isso, devem ser excluídos de nosso horizonte. O fato mesmo de nossa opção pelo seguimento de Jesus Cristo e pela concretização radical em nossa vida do projeto evangélico, relativiza até este ponto a nossa **autonomia** sobre nós mesmos. É precisamente aí que sentimos o âmago mesmo da consagração em obediência.

Conclusão

A maioria dos homens tende instintivamente a absolutizar a sua **autonomia**, como expressão da própria liberdade. A consagração religiosa em pobreza relativiza os bens e toda a tendência inata ao prestígio e ao poder. A consagração religiosa em castidade relativiza o amor humano sobretudo em sua exigência de expressão sexual. Assim, também a consagração religiosa em obediência traduz a afirmação da liberdade. Ela o faz não tanto pela absolutização da autonomia do homem, mas pela sua opção livre em acolher o dom de Deus. Deus o convida a orientar a sua liberdade para a busca contínua do que Deus quer. Chama-o para somar com outros, vocacionados do mesmo modo, na busca em comunidade desta vontade do Senhor. Ela deve primar sempre ainda que venhamos a sentir-lhe as

duras consequências, sobretudo pelo contraste com nossas próprias aspirações na medida em que intuímos que estas não coincidem com o que Deus pede de nós, para a continuidade da missão de Jesus Cristo e para a atuação de sua presença entre os homens através de nós.

A criteriologia da **vontade de Deus** como elemento propulsor e teleológico de todo o processo pessoal ou comunitário de um lado, e, de outro, a livre e consequente **opção por relativizar a própria autonomia** em vista de concretizar o que se manifestar, de fato, como vontade de Deus para mim e para a comunidade, constituem os eixos identificadores da **obediência religiosa**. Ela se distingue de todo outro tipo de obediência. A profissão pública, diante da Igreja e dos homens, de assumir esta obediência como programa de vida, identifica a vocação religiosa entre as demais vocações apostólicas na Igreja.

O equilíbrio, em tensão, entre os dois pólos acima mencionados, a atenção à **pessoa** e a atenção à **missão**, na realização concludente do que Deus quer, constitui talvez hoje o cerne da dificuldade para uma real vivência do projeto evangélico de obediência na consagração religiosa. Isto se traduz certamente na mais profunda ameaça à consistência desta vocação apostólica no contexto das vocações na Igreja. Exaspera-se não raro o primeiro elemento, enfatiza-se tanto a pessoa que perde substância a consciência comum do corpo apostólico. É a total fragmentação, a proliferação dos planos individuais, a frustração e

inviabilidade de todo esforço comum, a ocupação centrifugante pela qual cada um se diz a si mesmo qual é a sua missão ou se permite, sem maiores considerações, afastar-se dela, sem pesar-lhe as consequências sobre a missão em si ou sobre seus destinatários. A institucionalização deste processo inverterá as perspectivas da comunidade. Ela passará a situar-se muito mais na linha afetiva do companheirismo que aproxima pessoas do que na perspectiva objetiva de uma inspiração e missão assumidas em conjunto. É evidente que se instaura assim um processo de progressiva debilitação do grupo cujos membros não podem minimizar o risco de com o tempo vir a gravitar mais intensamente em torno de outras órbitas até à extrapolação de sua órbita original. Por outro lado, a insistência exagerada ou exclusiva no segundo elemento, a missão, sem suficiente atenção às condições da pessoa para a ela atender, acaba por minar uma e outra, a pessoa e a missão, desvirtuando ou mesmo aniquilando o plano de Deus.

A obediência religiosa só pode ser realizada existencialmente numa profunda comunhão com Deus e entre os irmãos em vocação. Ela supõe uma constante auto-educação, no amor e na verdade, à luz da ação do Espírito Santo sobre cada um e sobre a comunidade. Mas, se vivida assim, a obediência religiosa é a atuação humanamente madura e evangelicamente fecunda da liberdade que nos foi dada como a mais alta característica de nossa própria humanidade.

DEPOIMENTO

QUE JUVENTUDE É A NOSSA?

BRASIL, país jovem, de população jovem. Cerca de 53% de nossa gente têm menos de 20 anos. Promessa e esperança. Enigma e desafio. Um jovem religioso, jovem entre jovens, lhe traz, por meio de CONVERGÊNCIA, seu depoimento sobre o jovem.

Irmão José Roberto Simão, FMS

Neste trabalho, tentarei, brevemente, tematizar aquilo que contemplo nos jovens de hoje (aproximação ao nível do fenomenológico), sem emitir juízos de valor. Este perfil é uma abordagem fenomenológica (o jovem como ele se nos apresenta). Falarei, é claro, de jovens **normais**, jovens que não foram condicionados a "queimar etapas", jovens imersos no mundo atual.

1. **Sede de encontros sérios.** Num mundo vazio de encontros profundos, torna-se imperioso o desejo de encontros sérios (tu a tu). O jovem sente a necessidade de comunicar-se e em profundidade. Como é sensível e inexperiente, os problemas pessoais, sociais e grupais o afligem fortemente e precisa compartilhá-los

com outros (jovens e adultos). A amizade, nesta ordem de constatação, é, para o jovem, "o valor". Comunhão é comunicação. O jovem superou o "penso, logo existo". Está polarizado por outra realidade: "Eu me relaciono, logo existo". A virada é sintomática (1).

2. **Sede de um "Sentido"** para a sua vida. Sede muito mais latente que manifesta. Sentido este que é, em última análise, o Absoluto de Deus. Porém, a ele não interessa um Deus conceitualizado, numa sistematização lógica. Mas, um Deus-encarnado, próximo (no próximo, no irmão).

1. *Os movimentos de Juventude*, Pe. J. B. Libânio, REB, junho/73. ,

3. **Necessidade de uma presença adulta.** O jovem quer um adulto que, com ele, no mesmo plano, busque. Cumpre ressaltar: sem que ambos, necessariamente, “cheguem a respostas”. Quer buscar-com, sem a obsessão das respostas construídas, impostas, fornecidas.

4. **Espontaneidade, Simplicidade.** O jovem é avesso a tudo aquilo que “amarra”, a tudo aquilo que “complica”. Basta ver, por exemplo, seu modo de vestir, seu estilo de vida, sua linguagem (direta, sem retóricas), sua oração, seu apreço pela exploração do corpo (expressão corporal). Experimenta profunda aversão ao “rígido”.

5. **Dimensão de temporalidade.** Ele não rejeita o passado. Ele admite um passado que só adquire o seu sentido em função do presente. Também vive a dialética de um presente que tem o seu sentido em função do futuro. Este é, para ele, um feixe de projetos, de possíveis, de esperanças, de liberdade, de **imprevisibilidades**, pois tem ainda que escolher entre possíveis ou criar outros (2).

6. **Senso de sua “mundaneidade”.** Descobre-se como um ser-no-mundo. Ser que faz a história. Agente e não simples espectador. Desfataliza o futuro porque desfataliza a história, o mundo. O jovem entende muito bem (vivencialmente) o que seja “secularização”.

7. **O profético e o poético no jovem.** Ele é um apelo para o gratui-

to (está cansado do controlável, do rentável, do programável), para a festa, numa palavra: para a Vida. A vida, a história não é inércia, não é lenta e inelutável deriva de um rio imobilizado pelo gelo. É sopro, é acolhida do “novo”. Movimento que flui. Recado dos profetas e poetas (3).

8. **Senso crítico.** Capta que tal coisa, uma determinada realidade, assim não pode continuar (denúncia) e aponta por uma “nova ordem”, luta por algo de novo, embora (freqüentemente) não saiba como deveria ser. Fere-o profundamente um adulto cuja postura é a de exigir que o jovem concretize o “**como deve ser o novo**”. Na verdade, **ninguém sabe**, apenas vislumbram-se alguns poucos contornos do que deveria ser (anúncio — UTOPIA). Sem “utopias” não pode haver processo, crescimento, germinações.

9. **Busca de uma nova filosofia de vida.** Quer dizer, o jovem (esta é a sua intuição) visa dar unidade a uma tríplice realidade (o que vai gerar uma nova filosofia de vida): a fé (busca comunitária do “sentido”, no amor), a vida (criação, rejeição do “sufoco”, furo do matematizável, calculável), político (participação, atuação na “pólis”, na cidade).

10. **Algo que “não se pode possuir”.** Vem a ser a fé. É a atitude que o homem não pode possuir; antes, é ela que o possuirá, que informará toda a sua existência.

2. *Palavra de Homem*, R. Garaudy, DIFEL.

3. *Palavra de Homem*, R. Garaudy, DIFEL.

TEMPOS E CONTRATEMPOS DA VIDA CONTEMPLATIVA

Irmã Joana da Cruz, OCD

A atual crise, que lavra na Igreja, tem sido enfrentada repetidas vezes em congressos com discursos intermináveis e estudada com pesquisas de caráter mais ou menos científicos. Ela inclui também a vida contemplativa institucional, vivida nos mosteiros de antigas Ordens ou em Institutos dedicados principalmente à busca de Deus na oração. Em suas manifestações concretas, a crise nessas comunidades coincide em grande parte com os problemas de todas as comunidades religiosas. Não se encontram soluções satisfatórias nem meios para uma autêntica renovação. Além da tendência de pôr em discussão as "sagradas" tradições, de contestar a hierarquia, dessacralizar os ambientes, existem

problemas provocando crises, que são exclusivos de comunidades claustrais e contemplativas. Pela importância de que se revestem na Igreja e no mundo cristão, induzem-nos a falar de tempos e contratempos na vida contemplativa, embora a crise daí derivada, seja em geral menos incisiva que nas Congregações de vida ativa que é sobretudo funcional. Quais os problemas? Em que consiste a crise? Onde iniciar os esforços para uma autêntica renovação profunda da vida contemplativa?

A fim de esboçar uma resposta, convém analisar primeiro a atitude do mundo perante a vocação claustral. Ver as críticas que se fazem às formas institucionais da vida contemplativa e de suas manifestações concretas. As grandes variações da sensibilidade por parte da sociedade moderna não se detêm diante do terreno imóvel no qual

Este artigo foi transcrito de *Rivista di Vita Spirituale*, 1975, 2. Roma. Tradução do Carmelo de Santa Tereza, do Rio de Janeiro.

a vida contemplativa se desenvolveu durante séculos. Obrigou-a a uma sincera investigação de sua identidade, buscando-a à luz dos documentos conciliares e pós-conciliares. Há anos trabalha-se nas comunidades contemplativas para examinar as próprias estruturas e a situação concreta na qual se desenvolve a sua vida, a fim de apurar as dimensões características da crise que a atinge. Muito se tem trabalhado, mas ainda resta muito a fazer. Procuraremos expor alguma coisa do que se tem compreendido e proposto. Em seguida, acrescentaremos reflexões pessoais para pôr em destaque a direção em que se deve retomar a consagração como ideal contemplativo, vivido no mundo de hoje e na Igreja pós-conciliar.

A vida contemplativa **Aspecto utilitário**

Um dia, em certa comunidade claustral, entrou um técnico para consertos na lavanderia. Havia dois tubos condutores interligados por uma das Irmãs. "Estudei engenharia antes de entrar", explicou-lhe a que o acompanhava. "Para que esse estudo na clausura?" perguntou o homem surpreendido. "Há outras formadas e diplomadas", continuou a Irmã e, indicando uma companheira: "Essa é médica". O técnico sacudiu a cabeça: "Que faz aqui? O Terceiro Mundo precisa de médicas"! Atividade e utilidade para o mundo, eis o panorama, a mentalidade dos "mass media", feita de convenções, repetições, vocabulários na ordem do dia, para julgar uma vocação religiosa. Para o povo a vida contemplativa não se concilia com

o mundo moderno. Para que encerrar-se numa "prisão" e dedicar-se à oração e nada fazer de útil para a humanidade? É tempo perdido, existências desperdiçadas. É difícil convencer interlocutores de que esta forma de vida dispõe de utilidade maior, sendo mais importante para o futuro do mundo, que a vida ocupada na evolução ativista e na civilização moderna.

Mudança nas finalidades

Quem conhece um pouco da história da Igreja investe contra a vida contemplativa com outra tese, tirada do quadro histórico do deslocamento dos fins da mesma efetuado no decorrer dos séculos. O antigo monge solitário fez-se apóstolo e pregador. Apareceram as Ordens mendicantes empenhadas em sintonizar a vida mista como expressão autêntica de maior perfeição. Nos tempos modernos apareceram as Congregações e, por fim, os Institutos seculares prevalecendo a atividade caritativa, apostólica, missionária. Está claro, alegam: o ideal contemplativo puro deu origem à vida monástica, mas sofreu o impulso para a atividade e utilidade da própria Igreja e pela humanidade. Se não resistiu às exigências pastorais dos tempos passados, tanto menos se justifica hoje em um mundo como o nosso tão carente de forças ativas para o bem dos irmãos.

Mais profundo e sob aspecto bíblico movem-se as críticas acerca do modo de viver dos monges contemplativos. Objeta-se que difere excessivamente dos demais cristãos, tanto que é difícil captar seu signi-

ficado teológico. Onde fica o exemplo de Jesus percorrendo as estradas poeirentas da Palestina para anunciar o evangelho, para curar, para fazer bem? Retirava-se o Senhor por poucas horas em lugar apartado para rezar ao Pai. O resto de sua jornada passava no meio dos pobres. Ele mesmo foi o mais pobre, sem teto, operário como os demais. Acusam então os membros das Ordens contemplativas de se fecharem em suntuosos mosteiros, onde raramente se apercebem das dificuldades da vida. Ai procuram a face de Deus em termos que revelam uma interpretação do evangelho bem diferente de quanto se costuma fazer hoje em dia. Deus e o mundo não estão em relação mútua e inseparável? Por que então separar-se do mundo sob pretexto de buscar a Deus longe dos homens? Aonde fala a Bíblia de um Deus sem mundo e sem criação? Retirar-se na solidão do claustro e não querer encontrar Deus no irmão necessitado parece um absurdo, um contra-senso no modo de pensar de hoje. Consequentemente, declara-se superada a instituição da vida contemplativa comunitária.

Como se evidencia, tal juízo formula-se exclusivamente na base de critérios exteriores. Na escolha da vida contemplativa aparece então a vontade de alienar-se do mundo real para viver egoisticamente numa esfera idealista, em desacordo com o ensinamento da Bíblia. Na sua forma tradicional, a vida contemplativa mostraria assim que Deus e a vida humana não têm que fazer uma com a outra. Desta maneira priva-se a vida contemplativa de

seu verdadeiro conteúdo e significado teológico: parte-se da pretensão crescimento sensível diante da realização humana, feita de convencionalismo conformista.

Ocaso da vida contemplativa

A crítica manifesta-se ainda mais sutil quando se apóia na orientação cristocêntrica atual, na qual descobre a única possibilidade válida para superar o dualismo entre dedicação a Deus e dedicação ao mundo, que na história da espiritualidade cristã foi sempre dolorosamente sentida. A esse propósito adverte H. U. Von Balthasar: "Em Jesus Cristo ambos os aspectos são de fato idênticos. Ambos se acham indissoluvelmente unidos em uma única atitude: sua 'autoconsagração' pelo mundo (Jo 17,19); dedicação total ao Pai a fim de que a vontade amorosa do Pai tenha pleno efeito em benefício das suas criaturas. Tal 'consagração' se transfere para além de uma atitude puramente 'contemplativa' e se coloca no nível da **unidade de dedicação**. Ela unifica em si mesma a atividade e a passividade, doação ativa e aceitação. Em tal caso a época da 'contemplação pura', cultural e também teológica, estância definitivamente ultrapassada".

Essa rápida visão da perspectiva na qual se julga hoje a existência do monge, mostra suficientemente quanto as exigências do mundo são diferentes do monaquismo. As críticas elaboradas não tocam na substância da vida contemplativa, mas contribuem para uma séria reflexão das suas estruturas suscitando pro-

blemas relativos às suas dimensões antropológicas e teológicas.

A vida contemplativa hoje e amanhã

Perante as várias iniciativas de “aggiornamento” propostas ou em vias de execução, diga-se antes de tudo que não se pode destruir, sem ao mesmo tempo construir, tudo quanto a tradição secular nos transmitiu. É importante recordar que a vida contemplativa das antigas Ordens jamais deixou de ser **eclesial** no seu modo de viver. Por isso o essencial deve permanecer. Contra uma exagerada vontade de renovação cumpre ter a coragem de aceitar aquilo que é “institucional”. Cumpre dirigir a renovação sem as aberturas arbitrárias que fazem parte dos tempos modernos. Do contrário, a renovação permanecerá informe e irrealística, exposta ao perigo de vir a ser inautêntica e falsa. A doação a Deus no claustro requer de todos que continuem obedientes e fiéis ao **espírito** que desde o início vivificou as formas da sua vida. Sem o empenho pessoal de atuá-la segundo regras e normas louvadas e confirmadas pela prática secular e a experiência, mesmo as propostas mais generosas ficam no vago, desencarnadas, privadas de preciosa orientação.

Essa exigência não significa que se deva levar avante a fisionomia **externa** do monaquismo antigo. Como é notório, ele se formou na moldura de uma civilização já existente. Cada uma de suas realizações se achava em relação com a mentalidade de seu tempo e com

as formas de vida civil e cultural de seu século e de seu ambiente. Não resistem mais ao clima democrático de hoje tão decisivamente oposto às estruturas monárquicas, que no passado determinaram a vida religiosa, e ao sistema autoritário aí praticado durante longos séculos, e que correspondia em realidade ao feudalismo medieval. Seria anacronismo puro, no estado atual da civilização, querer continuar com uma vida de tipo feudal. Não haveria mais aí aquela carga de evangelicidade na vida monástica que a torna aceitável, com credibilidade para a sociedade moderna.

Não é fácil libertar-se de formas externas do passado, valores salientados pelo exemplo de santos e de livros didáticos sobre a vida religiosa. Toda uma tradição secular se opõe com força à mentalidade moderna que não aceita ideais do passado, incompreensíveis ao seu modo de ver. Nas comunidades, os conservadores bloqueiam os jovens na sua recusa. Os jovens não os entendem e declaram não poder abraçar o patrimônio que acompanhou o monaquismo por longos séculos, sem se sentirem obrigados a um retorno absurdo a mentalidades e civilizações que não vão “pari passu” com a evolução atual do mundo. Encontramo-nos assim, de uma parte, diante da falta de compreensão. Por outro lado, os jovens fazem valer posições, em si justificáveis, que não se podem considerar unicamente como crise de juventude ou como espírito de contestação. Nascem muitas vezes da ação do Espírito Santo, porém não são apresentadas numa base que esclareça distinções. Como

em todas as acusações de insuficiente realismo e autenticidade da vida contemplativa, aqui também se olvida de que não se trata de verdades evangélicas, mas simplesmente de realidades humanas, historicamente condicionadas.

Acontece por isso que nas comunidades, dos dois lados, há empenho em legitimar com o Evangelho aquilo que na realidade nada tem que ver com a palavra de Deus. Dando origem à instituição da vida contemplativa, o Evangelho não a situou em uma ordem humana bem determinada. Esta foi obra do Fundador. Depois dele, da própria evolução histórica, efetuada no decorrer dos séculos e assimilada pelas Ordens religiosas. Sob esse aspecto, estão sendo estudados e avaliados muitos problemas. Basta pensar nas regras e constituições cujos numerosos detalhes espelham características, exigências, ideais da vida religiosa, como era concebida no passado. Não há perigo de cair no irrealismo quando se procede a um exame sem dar importância decisiva a dimensões antropológicas, cujas mutações se impõem à força, porém salvaguarda-se o seu conteúdo mais profundo, o sentido teológico que garante seu valor perene.

Ocorre por conseguinte compreender que a adaptação das formas de vida — qualquer retoque feito nas estruturas marginais da vida contemplativa — não significa rutura radical com o passado. Antes, contribuirá para que a sua substância permaneça na Igreja como “sinal” da vida nova e eterna instaurada por Cristo (cf. LG 44). Esta

constatação dará impulso para encarar, com a visão realística das realidades humanas, a necessária reforma de estruturas, hoje envelhecidas. Quando se abandona o sistema autoritário para introduzir na comunidade valores atuais, como os de corresponsabilidade e colaboração, valores que não sufocam a autonomia e o desenvolvimento da personalidade, nem por isso se desvia do ideal contemplativo da vida monástica. Nada impede o ser contemplativo numa comunidade monástica democraticamente governada. Como tal, a vida monástica jamais se vincula (nem pela vontade de Deus nem pela vontade dos Fundadores) a determinadas expressões da evolução histórica da Igreja e da humanidade. As Ordens pertencem ao âmbito livre e universal da palavra de Deus. Esta palavra não cessou de chamar à sequela de Cristo solitário e imerso no diálogo noturno de amor filial com o Pai, o Filho de Deus pregado na cruz para cumprir o mistério pascal no mais completo abandono por parte do mundo. A vocação divina precede a historicidade da situação concreta, na qual ela é acolhida e permanece princípio dinâmico de todo progresso para além das limitações e contingências da existência humana, embora seja verdade que somente aí seja permitido acolhê-la. A palavra de Deus traça suas letras no livro aberto da vida sem que haja páginas marcadas. Não é necessário voltar atrás para lê-la. Pode encontrá-la escrita em formas concretas nas quais hoje se exprime a vida. Antes, é aí que devemos procurá-la.

Vida contemplativa por uns tempos

Podemos assinalar uma concepção da vida contemplativa dos jovens de hoje típica das suas atitudes mais sérias. "Muitos sofrem uma difusa alergia pelos empenhos, irreversíveis", disse um autor contemporâneo (V. de Bernardi, *As Vocações Hoje*). Existem ambientes onde se deseja a livre convivência em relação ao matrimônio, mas também no campo vocacional. Delineia-se a idéia do "padre por algum tempo" e do "convento por uns tempos". Não mais se comprometer por toda vida. Assim como se vai para as missões por alguns anos, assim se gostaria de ser monge por certo tempo com livre escolha.

É inegável que os mosteiros de vida contemplativa estão atraindo jovens bons, capazes de grandes ideais. Essa atração junta-se com a necessidade concreta que a humanidade sente, hoje mais que nunca, de testemunhos comunitários de vida contemplativa. Um mundo, que parece interessar-se tão somente por coisas materiais, para acumular riquezas, ignora Deus e não reza mais. Precisa-se dessas ilhas de oração onde o homem adquire o sentido do infinito e da proximidade de Deus, onde o silêncio ecoa raros sons da palavra bíblica, no coração da noite, cantada com vozes graves; onde corre límpida a fonte da esperança e, fundindo-se na certeza, abre a alma ao sorriso; onde o coração humano pronuncia ainda palavras de ressonância infinita, palavras estupendas pela sua potência expressiva única. Deus não cessa de

chamar. Querer-se-ia responder. Por algum tempo, sim. Mas quando se esgota o ímpeto generoso inicial quisera-se então voltar atrás.

Em não poucos jovens verifica-se esse dilema com a conseqüente e dolorosa falta de vocações. As filas dos monges rarefazem-se. Em não poucos lugares aparece urgente necessidade de repovoar as casas para oferecer digno culto de louvor a Deus, e ainda para sobreviver por meio do trabalho de um número suficiente de elementos adaptados. Para continuar na mesma linha parece pois que a única solução seria acolher o pedido de jovens e abrir-lhes as portas dos mosteiros por algum tempo. Lembrando-se de um Charles de Foucauld que inicialmente não pensou em retirar-se para sempre na solidão e acabou sepultando-se cada vez mais profundamente, espera-se que em algumas dessas "vocações por algum tempo" brote o desejo de abraçá-la definitivamente. Seria esta uma solução aceitável na crise vocacional do nosso tempo?

Não se pode certamente invalidar tais aspirações dos jovens. Sob o temor de vincular-se a empenhos irreversíveis esconde-se muitas vezes a ânsia do Absoluto. Pode haver a necessidade do fundamental, não encontrado nas riquezas que a sociedade moderna lhes oferece. Existe por certo o ardente desejo de uma sã evasão, ao menos temporária, das ambições egoísticas e devastadoras do mundo. Convém indagar se uma experiência temporária de vida contemplativa institucional leva em conta suficientemente seu significado teológico. A re-

núncia que ela exige, para ser plena, faz-se definitivamente, porque só assim pode Deus comunicar-se em toda a amplitude de seu amor. Realizações provisórias, sem empenho irreversível, não estão isentas do perigo de empobrecer a própria vida contemplativa no seu caráter essencial: o valor permanente da doação total. Quer Deus a fidelidade do monge por toda a vida. Por isso é pouco provável resolver-se desse modo a crise vocacional. Seria apenas a substituição de uma por outra. Esta, porém, atingiria a vida monástica nas suas raízes, trocando pela temporária fuga do mundo os fins carismáticos de uma autêntica vocação. A vocação, o apelo à vida contemplativa, é uma questão de profundidade, muito mais qualitativa que quantitativa. Melhor poucas mas autênticas cidadelas de Deus, onde se vive com tempo integral o pleno holocausto da própria vida.

Desequilíbrio entre contemplação e atividade

A vida no claustro exige a renúncia total, não como valor em si, mas porque põe em atividade a dedicação do homem inteiro a Deus. A vida contemplativa constrói-se sobre uma disponibilidade que empenha de modo absoluto todas as faculdades humanas, intelectuais, morais e espirituais. Esse empenho se reveste de um grande equilíbrio entre oração e trabalho, trabalho livre de preocupações de "render", de "produzir", de ser "útil", seja no campo material, seja no espiritual.

Uma das causas da crise hodierna é a infiltração do ativismo e do utilitarismo mundano no interior das comunidades contemplativas. É verdade que a pobreza e as exigências da vida tornaram necessário o trabalho. Mas se este não ficar subordinado às finalidades próprias da vida contemplativa e for assumindo dimensões desproporcionadas, consumindo as energias espirituais, que deveriam ser reservadas à procura do "**Unum necessarium**", transforma-se logo em uma azáfama material sujeitando o homem aos seus próprios fins. O contemplativo tem necessidade de tempo, livre de preocupações de trabalho, para dedicar-se a ocupações espirituais: à leitura e ao estudo, a momentos de meditação particular e de adoração silenciosa. São elementos importantíssimos com os quais ele se prepara para a oração comunitária. Onde faltar esse tempo e o ritmo moderno de trabalho comandar, destrói-se o clima propício à ocupação mais importante do monge, a de imergir-se em Deus. A sua vida espiritual fica na superfície não se abisma nas verdades eternas, torna-se semelhante a muitas outras vidas de homens que não receberam o dom da vocação.

O ativismo pode prejudicar o nível espiritual de uma comunidade contemplativa até destruir a sua vitalidade na Igreja. É perigoso também para cada um dos membros porque pode oferecer-lhe satisfações que ele não encontra na oração: sente-se "útil", orgulha-se do lucro, contenta-se com o "sucesso" de seu trabalho. Para evitar qualquer influxo negativo da atividade desenvol-

vida no próprio mosteiro, é preciso ter muita prudência e discrição na escolha dos trabalhos a se fazerem. De outro modo, há o risco da “contemplação” não se encontrar mais no centro da vida do monge.

Um perigo desse gênero existe também no campo espiritual, depois que se estendeu o conceito de trabalho à atividade própria dos contemplativos (e dos Religiosos): a oração. H. U. Von Balthasar observa: “Alguém reza, sacrifica-se, pensando: em certo lugar e em certo momento, oração e sacrifício vão servir para as ‘almas’. Como se fará isto, ninguém pode prová-lo por experiência. Fica-se, porém, satisfeito de saber que tudo quanto se dá a Deus torna-se ‘utilizável’. O perigo que comporta uma tal ‘atividade espiritual’ é claro. O contemplativo não é um trabalhador cujo espírito deva render ‘funcionalmente’. Não lhe compete pensar assim. Isto o fará Deus do modo que Ele quiser, sem levar em conta os cálculos humanos. Deus, o dispensador de todas as graças, aceita tão somente a dádiva de quem não se interessa pelo que dela se fará. Sua dádiva não é útil, só tem proveito, quando se funde com o grande, imotivado dom de Deus, como uma onda se abisma no mar”.

Tudo isto nos faz ver que o ativismo e o utilitarismo, quando penetram na vida de uma comunidade claustral ou ainda em qualquer um de seus componentes, provoca verdadeiros desmoronamentos. Breve se transformam em motivo de crise para a própria vida dedicada à intimidade com Deus. Uma vez des-

lizada até o fundo, será atacada por problemas de caráter material com tanta força que o conceito de funcionalidade se colocará no centro de toda a sua organização. Não nos iludamos a respeito da fadiga, da estafa de uma autêntica retomada de posição, única via para sair de uma crise assim iniciada. Passar para uma situação existencial cujo futuro é completamente desconhecido exige heroísmo, exige a sua aceitação na plena disponibilidade de deixar-se prender cegamente por Outro, porque só Ele a enche do modo que Ele quer, e exige sobretudo não se apoiar no sensível e constatável, viver de pura fé. Vista nessa luz, a crise faz parte da grande crise de fé da vida religiosa atual.

Os valores da mortificação e do silêncio

A renúncia ao que se poderia “fazer” para tornar-se “útil” e com isso pôr em destaque as próprias capacidades, vai **pari passu** com atitudes exteriores e interiores, chamadas pelos antigos mortificação e abnegação de si mesmo. São termos que de má vontade os jovens de hoje empregam no seu itinerário espiritual. Como o mundo anda à procura de tudo o que a vida pode oferecer de confortável e agradável, eles recusam práticas ascéticas, propostas pela regra e pelas constituições, com a desculpa da mudança dos tempos, dos físicos menos resistentes, e ainda dizendo que impedem a desejada expansão apostólica da vida consagrada. Não obstante, verifica-se que a sua recusa, no fundo, não atinge tanto a ascese em si, quanto as suas formas tradicio-

nais, desprezadas como resíduos de uma sociedade ultrapassada. De fato, nossos jovens estimam as técnicas de yoga e consideram-nas legítimas e indispensáveis aos exercícios ascéticos. Há mosteiros nos quais se fazem algumas práticas de yoga, ao passo que não se quer saber de formas disciplinares tradicionais.

Perante semelhantes atitudes não se pode ficar indiferentes. Sem a generosa aceitação da palavra de Deus: **“qui vult venire post me, abneget semetipsum”**, não se vive uma autêntica vida contemplativa. E sem realizá-la por meio de formas ascéticas, confirmadas e louvadas pela prática secular, em nenhuma Ordem se chegará ao pleno desabrochar da vida, desejada por muitos. Hoje, como sempre, impõe-se a cruz de Cristo; naufragar, por livre escolha, no seu mistério de morte para a ressurreição. Mas esta decisão exprime-se inevitavelmente por meio de práticas ascéticas, usadas comunitariamente (e não só individualmente). Requer de todos que se examinem sobre a veracidade do empenho “pascal” assumido na profissão dos votos religiosos.

Isto não quer dizer que a mortificação comunitária deva necessariamente continuar com as mesmas formas anteriores, que se tornaram pouco significativas no panorama de nosso século. Nas comunidades onde os monges são formados com vigor segundo as exigências latentes na renovada sensibilidade da Igreja para o mistério da morte e ressurreição de Cristo, não será difícil individuar novas formas em substituição das práticas envelhecidas, sem por isso baixar a compromissos com o

espírito do mundo. O próprio trabalho nos campos, nas oficinas, no serviço dos irmãos, efetuado com intento de configurar-se com Cristo no seu mistério salvífico, traduz claramente o espírito de mortificação e de abnegação: pode até ser mais “mortificante” porque, oferecendo menos satisfações pessoais, requer mais energia. Por outro lado será uma preparação para a vida de oração e para os atos de “contemplação” comunitária, certamente melhores que todos os exercícios de yoga. (NOTA. O yoga não está livre do perigo de produzir experiências sensíveis, que sob certo ponto de vista podem levar na mesma direção que as experiências produzidas pela “china” (inclinação, declive?) evasiva e a droga). Nas comunidades contemplativas que escolheram a solidão para imitar Cristo na sua oração noturna em lugares apartados, é evidente a necessidade de **silêncio**. Na fidelidade à sua observância está uma contínua mortificação apta a ser praticada por todos.

A rígida práxis do silêncio, tão característica dos tempos passados, afrouxa-se hoje também nos claustros. Rádio, televisão, dão-se as mãos nas palavras, muitas vezes consideradas o meio mais idôneo para aproximarem-se os irmãos. Atando um pouco todos os contemplativos, parece que há um certo medo do silêncio — embora haja ao mesmo tempo atração. Em vez de confiar os problemas e as dificuldades ao colóquio silencioso com o Senhor, procura-se chegar, mesmo no sagrado recinto, a um termo, um acordo, por meio de diálogos, discussões e reuniões. É o caso de se indagar até

que ponto o diálogo pode ser construtivo numa comunidade de contemplativos. É certo que não é o caminho único para unir entre si os membros individuais. Pelo contrário, os tempos fortes de silêncio rigoroso, querido pela comunidade inteira para auscultar a palavra de Deus, reúne-a com liames bem mais estreitos em torno do seu centro vital, Cristo Jesus. Trata-se de readquirir esse sentido do silêncio, como meio de aprofundar a comunhão com Deus. O silêncio não é vazio. Pelo contrário, exprime uma realidade que está por detrás, oferece um conteúdo que é pensamento, intenção, experiência, o próprio eu, e traduz, não menos que a palavra, o modo de relacionar-se com Deus: quando a oração é escuta e atenção amorosa à sua comunicação divina.

Procura-se por vezes desculpar a diminuição de silêncio dizendo que o homem moderno não consegue suportar as dificuldades da vida. Nos momentos de trevas, de desânimo, de depressão, o homem sente a necessidade de se comunicar com outras pessoas. Diz-se: Deus, tão longe, cala; o irmão me enriquece com a palavra viva que me levanta do abatimento e esclarece a esmagadora solidão de minha vida. Tal colóquio pode até ter bons resultados. Mas, no fundo, assinala uma traição do ideal abraçado. Arrisca subtrair-se à ação direta de Deus e escapar do encontro mais autêntico consigo mesmo, i.é. momentos de graça reservados a Ele como resposta divina à sua eleição. E isto vale não só para o indivíduo, mas, em sentido mais lato, para toda a comunidade. As crises mais sensíveis re-

percutem muitas vezes onde a comunidade já não se empenha na prática do silêncio: entra então numa fase de estagnante frustração das suas melhores energias.

É uma crise de fé: não se aceita mais a incompreensibilidade das provas enviadas por Deus. Querem explicações para tudo, cada coisa há de entrar na "constatação" e na "compreensão". Não mais a noite de pura fé, mas uma redução no campo da "verificação" cuja única tabela de medida para julgar há de ser a palavra. Não o mistério do silêncio, mas o esclarecimento de tudo o que acontece no íntimo do homem. Deste modo, tudo se fecha a tudo o que não se traduz por palavras: a própria comunicação de Deus que exige o clima vital do silêncio. Evidentemente a mentalidade do mundo, para o qual o silêncio tornou-se insuportável, não favorece a vida contemplativa. Contudo o monge não pode dar menos apreço a um valor que lhe transmite a vida. Só o silêncio enche sua vida com o sentido de Deus, eleva-a a horizontes infinitos e a consome em fecundidade sempre renovada para a Igreja e para o mundo.

Procura da própria identidade

Não vem ao caso acrescentar outras perspectivas da crise atual na vida contemplativa. Ainda uma vez: trata-se de uma sutil mas perigosa manifestação da crise de fé na Igreja de hoje. Toda "adaptação" dos valores mais profundos e dos elementos mais característicos da vida do claustro à situação de outros Re-

ligiosos, assinala uma traição de sua fisionomia própria, fisionomia que espelha uma fé capaz de abismar-se no mistério de Deus. Esta fé se mede pela realidade de Deus proposta com vigor. Desaninha o contemplativo de qualquer segurança e garantia humana, constringe-o a dilatar os espaços para acolher a misteriosa ação divina, chama-o para além de seus planos limitados: de sua opinião acerca do que "deve" haver na Igreja. Os esforços para uma autêntica renovação da vida contemplativa só podem começar superando tudo quanto se opõe a uma existência de pura fé. É preciso morrer para viver: é o que vale para o caminho assinalando a busca da própria identidade. A instrução **Venite seorsum** (n. 1) com nova luz o põe em destaque: "Retirar-se do mundo para dedicar-se, na solidão, a uma vida mais intensa de oração, é apenas um modo particular de viver e exprimir o **mistério pascal**, que é morte para a ressurreição. Tal mistério apresenta-se na Escritura como passagem, êxodo, um trânsito, isto é, o acontecimento principal da história de Israel, o fundamento de sua fé e de sua vida de comunhão mais íntima com Deus, e a Igreja vê aí uma figura da salvação cristã".

O sentido da presença dos monges e das monjas no mundo é precisamente esse testemunho da presença operante do mistério pascal que é "passagem". A existência consagrada do monge torna-se plenitude de vida. Aqui tomam novo conteúdo os votos. Quem duvida que o monge, seguindo a Cristo até o fundo da oblação de si na obediên-

cia, na pobreza e na castidade, não se torna, todo ele, abertura para a realidade da bem-aventurança futura, testemunha da ressurreição, ve-ladamente presente na morte que ele padece? Ele não poderia expressar melhor a preferência concedida a Deus-Amor nos confrontos de cada um dos outros amores humanos, senão vivendo dia a dia mais conscientemente a passagem de Cristo para o Pai na renúncia e na doação através de todo o seu comportamento humano. No monge, a lei da "encarnação" se exprime em toda a sua realidade salvífica. Cristo se lhe comunica, assume na sua carne a humanidade, transforma-a e resgata-a dos próprios limites, carrega-a consigo na sua passagem até lhe dar todo o seu ser, o **eu** mesmo de Deus. A essa luz a vida contemplativa anuncia hoje nova época de sua existência. A sua atuação concreta, empenhada, corajosa, não está frustrada, mas é dever comunitário e individual, sem contudo romper de modo incisivo com os caminhos preferidos no passado, o que apenas serviria para aumentar o clima de crise produzindo lenta desagregação interna e tornando impossível a consagração contemplativa. Para além dos áridos esquemas impostos por estruturas envelhecidas, o caminho para uma atuação existencial é o que emerge da celebração eucarística. A comunidade contemplativa encontra sua orientação "pascal" na ceia do Senhor, onde proclama a morte de Cristo e faz com que em sua morte o Senhor apareça no **sinal**, e se comunique no **sinal** em que a palavra como que se transfunde, tornando

Cristo presente no seu supremo aniquilamento "para a ressurreição".

Na Eucaristia, a comunidade contemplativa encontra a sua identidade, nesse acontecimento salvífico de Cristo e da Igreja, na nova situação

salvífica por ele criada. Toda renovação tende a estender o Mistério da salvação de Cristo até os mínimos detalhes da vida e do modo de estar presente no mundo, testemunhando-o e deixando-o agir livremente.

PELAS REGIONAIS DA CRB

Pe. Celso Sehn, MSF

Regional de Belo Horizonte

1. Em abril houve um encontro de uma dia, sobre a **Arte na Liturgia**, para junioristas e jovens professos, coordenado pela Pe. Irala, SJ. Tiveram acesso todos os religiosos que se interessam por arte: pintura, desenho, canto, fotografia, canto, projeção e poesia.

2. Mensalmente o Pe. Lúcio D. Prado coordena o grupo de reflexão para religiosas. O encontro tem lugar no Convento das Pobres Clarissas Franciscanas. Conta em média: 50 participantes por reunião.

3. Sob a coordenação da Irmã Luzia Ribeiro de Oliveira OSB, continuam as tardes de encontro mensal para religiosas. Com o tema "Igreja" apresentado pelo Pe. Félix Valenzuela, OSA, Presidente da Regional, realizou-se o primeiro deste ano, com a presença de 101 religiosas de 41 comunidades e 28 congregações. São excelentes as sínteses mimeografadas destes encontros.

Regional de Recife

A CRB Regional de Recife, abrange quatro Estados: Pernambu-

co, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, numa área de 233.399 quilômetros quadrados, com 19 dioceses e quatro províncias eclesiásticas. Aí vivem 2.645 religiosas distribuídas em 327 casas e 491 religiosos com 113 casas.

Noviciado e juniorato. A Equipe de coordenação para acompanhar o Noviciado e Juniorato Intercongregacionais é formada dos seguintes membros: Irmã Celina Pompeu, Irmã Castro e Lima e Irmã Carla Pimentel. Esta Equipe realizou com os (as) mestres de noviços (as) das Congregações que se decidiram participar do Noviciado Intercongregacional, o programa para este ano.

O Noviciado Intercongregacional funciona duas vezes por mês: uma vez, o sábado todo, no Convento dos Franciscanos de Olinda; outra vez, sábado e domingo, no Convento das Dorotéias, também em Olinda. Nas aulas são tratados os seguintes assuntos: Psicologia, Sociologia e Evangelho, sob a orientação da Irmã Patrícia McCleuskei, Pe. René Guerre, Pe. Humberto Plummen, Irmã Ivone Gebara e Prof. Marcelo Augusto Veloso.

O Noviciado Intercongregacional iniciou em março, com a presença de 29 participantes entre noviços e noviças (4), candidatas e postulantes, provenientes de nove congregações. No mês de julho, a Equipe de coordenação espera organizar um Encontro de mais dias, para o qual noviças de outros noviciados serão convidadas, como foi solicitado pelas Congregações que não participam, por várias razões, do programa ordinário do Noviciado Intercongregacional.

As junioristas se reúnem de dois em dois meses, num sábado e domingo. Têm um encontro de mais de uma semana em julho. Irmã Maria Emília Guerra Ferreira assumiu a coordenação do primeiro semestre. O tema escolhido foi: A História de Salvação no Antigo e Novo Testamento.

Curso de Ciências Religiosas. Este curso é administrado pelo ITER (Instituto de Teologia de Recife). O programa do ano em curso é: no primeiro semestre, a iniciação à leitura do Novo Testamento e Epístolas Paulinas e o agir salvífico da Igreja, sacramento de Cristo. No segundo semestre, apresentação da pessoa de Jesus Cristo e questões especiais de moral.

Setor da Saúde. O Encontro das Irmãs que trabalham no Setor da Saúde se realizou nos dias 13 a 15 de março, no Centro de Treinamento de Olinda. A coordenação estava composta pelo Pe. Adriano Backx, Irmã Henriët Ketelaar, Pe. Humberto Plummén, Prof. Marcelo Augusto Veloso e Pe. Vicente Masip e sua equipe. Participaram 31 religiosas e dois padres. Houve um exce-

lente clima de fraternidade e um errônea de reduzi-la a uma dimensão nordestina que foi objeto de um inquérito de estudo, antes e durante o Encontro. Face ao trabalho realizado chegaram às seguintes conclusões: Fortalecer uma atitude crítica. Dar sempre mais atenção à medicina preventiva. Ter atitudes cristãs diante das injustiças feitas aos doentes. Formar uma equipe de pastoral de saúde na própria diocese.

Visita da Representante da UISG. No dia 20 de maio, a Irmã Maria de Montfort, Superiora Geral das Irmãzinhas da Imaculada Conceição e Conselheira na União Internacional de Superiores Gerais visitou a Regional, quando realizou uma reunião com todas as Superiores Gerais e suas Conselheiras.

Regional de São Paulo

Noviciado Intercongregacional. Durante todo o primeiro semestre, às quartas-feiras à tarde, funcionou o curso para noviços (as). Pe. Pasquale Fillippelli, Secretário Executivo da Regional, focaliza os objetivos do curso: aproximar sempre mais os religiosos de diferentes congregações; necessidade de formação e informação como prioridades no tempo do noviciado. O programa do primeiro semestre constou de: Liturgia, Pe. Gregório Lutz, CSSP; Vida Religiosa, Frei Eduardo Quirino, OP. Participaram do Curso 72 noviços (as) de 20 Congregações, sendo três masculinas.

Relações Humanas. Nos dias 26 a 29 de março, no Colégio Sion, em São Paulo, o Irmão Amadeu

Egydio, Lassalista do Instituto Abel, Niterói, RJ, ministrou o curso de Relações Humanas. A CRB ofereceu este curso a trinta religiosos, os quais assumiram o compromisso de transmiti-lo para mais trinta pessoas, formando assim um painel integrado de novecentas pessoas.

Administração Financeira. Provinciais, Ecônomos e Administradores participaram da primeira etapa do Curso de Administração. Foi no Liceu Coração de Jesus dos Padres Salesianos, de 21 a 25 de março. **Participantes.** 121 sendo 105 femininos. **Congregações:** 71 sendo 57 femininas. **Origem dos participantes.** Bahia 3; Ceará 1; Distrito Federal 1; Goiás 1; Mato Grosso 7; Minas Gerais 6; Paraná 5; Rio de Janeiro 9; Rio Grande do Sul 2; São Paulo 86. Estados da Federação presentes: 10. Cidades presentes: 32. Os temas foram colocados pelos professores Sérgio Roberto Monello, Nelson de Oliveira e Carmo Antônio Marino. Este Curso terá ainda duas etapas: julho e setembro.

Regional do Paraná

O **Noviciado Intercongregacional** de Curitiba é coordenado pela Equipe de Formação da CRB Regional, composta dos seguintes membros: Frei Benedito Prado, OFM Conventuais; Irmã Marlene T. Rosa, GC; Frei Mário, OSM; Irmã Maria Rosalinda, IF; Irmã Maria L. Otero, CCV; Irmã Maria Augusta França, CP. Participam do Noviciado Intercongregacional 107 noviços (as), assim distribuídos, pelas 21 congregações que o compõem:

Filhas da Caridade (9); Carmelitas (4); Carmelitas de Vendrauna (4); Missionárias de São João Batista (2); Missionárias Combonianas (2); Missionárias de Maria (Xaverianas) (6); Irmãs Felicianas (3); Sagrados Corações (2); Filhas da Cruz (1); Franciscanos Conventuais (15); Irmãs Franciscanas de São José (3); Franciscanas da Santíssima Trindade (2); Mensageiras do Amor Divino (4); Oblatos de São José (15); Sacré Coeur de Jésus (2); Frades Menores Capuchinhos (8); Irmãs de São José de Chambéry (2); Irmãs da Divina Providência (6); Estigmatinos (5); Ordem dos Servos de Maria (5); Irmãos Lassalistas (7).

Professores e matérias do curso do Noviciado Intercongregacional. As aulas são ministradas às terças e quintas-feiras pela manhã, pelos professores: Pe. Pedro Sallet, SJ: Teologia da Vida Religiosa. Pe. Giocundo Antônio Bronzini, OSJ: Teologia Espiritual. Irmã Marlene Teresinha Rosa, FC: Psicologia Religiosa. Irmã Teresa Araújo e Irmã Lídia Maria Paneera: Pastoral. Pe. José Leonardo Lima da Silva: Liturgia. Irmão Arno Bonfleur: Teologia da Vocação. Pe. Geraldo Schreiber. CSSR: Teologia da Oração. Pe. Orlando Brandes: Teologia Moral. Dom Pedro Fedalto: Visão Geral da Arquidiocese. Pe. Adolfo Calovini, MC: Missionologia. Dom Domingos Gabriel Wisniewski, CM e Irmã Maria Augusta França, CP: Palestras.

Os vinte e um noviciados que integram o Noviciado Intercongregacional são coordenados pelos respectivos mestres.

A PRIMEIRA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA BRASILEIRA

Riolando Azzi

Dos dez institutos religiosos instalados no Brasil durante os três primeiros séculos de colonização, cinco deixaram de existir no fim desse período ou já durante a época imperial (1). Um caso singular é o da Companhia de Jesus: sendo seus religiosos expulsos do país em 1759, já no princípio do Segundo Reinado voltaram a se estabelecer no Brasil (2).

Dois dos institutos que se extinguíram merecem relevo especial: os **Padres das Mercês**, que atuaram na região do Norte, no Pará e no Maranhão, (3) e os **Padres do Oratório**, que se estabeleceram no Nordeste, no Recife e na Bahia. Lastimosamente, ambos os institutos já estavam em fase de decadência nas primeiras décadas do século XIX.

Em seu excelente estudo sobre a extinção da **Congregação do Oratório**, o Prof. Américo Jacobina Lacombe traça um quadro bastante incisivo sobre a situação desse instituto religioso nessa época.

“Em 1829, escreve ele, a decadência atingia tal ponto que as Comissões de Constituição e Eclesiástica da Câmara, a 18 de agosto, emitiam um grave parecer sobre a situação dos oratorianos. Naquele ano de 1825 o Pe. João Dias apresentara uma queixa apontando “a devassidão em que se achava a Congregação cuja casa deixara de ser casa de oração e se havia convertido na do maior deboche e prostituição”. Inobservância dos estatutos, depredações, “imoralidade e escândalo público”, exigiam uma intervenção das autoridades. O deputado Pires Ferreira propunha “pôr em administração os bens da ordem”, a extinção da mesma e a restituição do dote aos que o tivesse levado (4).

De fato, a 9 de dezembro de 1830 o imperador D. Pedro I aprovou a lei extinguindo a Congregação. Não obstante este triste ocaso, a Congregação do Oratório teve importância particular pelas atividades exercidas e por ser o primeiro instituto religioso fundado no Brasil. Este estudo será limitado ao enfoque da primeira fase da Congregação, durante a segunda metade do século XVII. Preocupada com o problema da população dos sertões, a Congregação assumiu então um caráter nitidamente pastoral, digno de ser lembrado.

O fundador

Os Padres Recoletos de Nossa Senhora da Encarnação, conhecidos posteriormente como Padres do Oratório ou Padres da Madre de Deus, constituem a primeira Congregação religiosa fundada no Brasil.

Seu fundador foi o Padre João Duarte do Sacramento. Nascido em Lisboa, dedicara-se à carreira eclesiástica. Doutorou-se posteriormente em cânones pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado em seguida capelão credenciário da capela real. Marcado por forte espiritualidade, exerceu grande influência fazendo com que alguns nobres passassem da ociosidade da corte para a austeridade do claustro, ingressando em Ordens religiosas.

É provável que nesse período tenha conhecido e mesmo convivido com o Padre Bartolomeu de Quental, confessor da casa real e pregador da corte de D. João V, posteriormente fundador da Congregação do Oratório em Portugal. Tal

hipótese esclarece os futuros contactos entre Pernambuco e Lisboa, na época da aprovação do novo instituto pela Santa Sé. Embora agraciado por favores régios, a vida mundana e frívola da corte desiludia o Padre João Duarte.

Levado pelo desejo de uma vida apostólica mais autêntica, tentou deixar ocultamente a corte e embarcar para as Índias, desejoso de exercer o ministério pastoral nas vastíssimas regiões do Oriente. Sendo advertida sua ausência, "por ordem de Sua Majestade foi por duas vezes tirado das naus".

Finalmente, escreve Loreto Couto, conseguiu realizar seu sonho apostólico: "veio a Pernambuco, onde exercitou o seu zelo com insigne piedade, e imenso fruto de copiosas almas que reduziu à fé e ao caminho da salvação" (5). Sua vinda ao Brasil se realiza "logo depois da saída dos holandeses" (6).

Em sua companhia veio também o Padre João Rodrigues Vitória, seu braço direito na fundação do novo instituto. Sobre a atuação do Padre Sacramento no Brasil, afirma Pereira da Costa:

"Uma vez entre nós, vastíssima seara para a expansão dos seus generosos sentimentos, entregou-se o Padre Sacramento com todo o zelo e dedicação ao serviço da catequese dos índios, e confiando-lhe o governador Francisco de Brito Freire a direção espiritual de duas novas povoações ou aldeias de índios, que fundara nos arredores do Recife, foi tal o zelo que manifestou o seu diretor, tamanhos os frutos que se colheram, graças aos seus trabalhos e

fadigas, que o próprio Brito Freire na sua **História** refere que era ele aclamado com universal aplauso como apóstolo do Brasil" (7).

O espírito da Congregação

Três são as características principais da nova instituição: é uma congregação de padres seculares, de padres missionários e de padres brasileiros.

Uma congregação de padres seculares. É bastante provável que já em Lisboa o Padre Sacramento tivesse sentido os primeiros ecos da renovação do clero secular, através de pequenas comunidades de padres, movimento este iniciado na Itália ainda no século XVI por Felipe Neri. De qualquer maneira, é uma instituição desse gênero que surge em Pernambuco no século XVII.

À nova fundação dá-se o nome de "recolhimento", "recoleta", termo típico na época para designar agrupamentos de leigos, homens e mulheres, vivendo um ideal de perfeição, sem a institucionalização jurídica imposta às antigas Ordens religiosas. De qualquer modo, pode-se afirmar que o Padre Sacramento não quis dar à sua instituição um caráter de Ordem religiosa tradicional. Este fato não teria escapado ao espírito observador do monge beneditino D. Domingos de Loreto Couto, a quem devemos o maior número de informações sobre as origens do instituto.

Além disso, o fato de posteriormente ter a Santa Sé prescrito que passassem a adotar as regras da Congregação do Oratório de São

Felipe Neri evidencia ainda mais qual era o espírito da fundação brasileira.

A história posterior dos Padres do Oratório mostra que não são moldados nas características das instituições monacais ou mendicantes, mas se apresentam simplesmente como um grupo de padres seculares vivendo em comunidade. Este fato, aliás, não deixou de ser contestado pela opinião pública, nem sempre preparada para compreender o caráter inovador da fundação brasileira (8).

Uma Congregação de padres missionários. A idéia fundamental que preside à nova fundação é especificamente pastoral: a formação de missionários para o sertão. A visão do Padre Sacramento é muito lúcida. Nas vilas e cidades havia suficiente assistência religiosa do povo, não só pelos párocos e capelães ali existentes, como pela abundância de conventos religiosos. Os engenhos próximos à orla marítima tinham suas capelas ao lado da casa grande, havendo normalmente um capelão para o serviço religioso.

A grande necessidade pastoral se situava no sertão a dentro, para onde tinham sido compelidas as diversas nações indígenas. Ali, através do processo de miscigenação, se estava criando um novo tipo de brasileiro, cruzamento de sangue português e indígena, o caboclo. É para este habitante do sertão, como o próprio termo o indica, que o novo instituto dedica sua ação pastoral e missionária, congregando padres que queiram ser "missionários do povo". É esta uma conotação nova que entra

como característica da fundação, e que a justifica totalmente.

Uma congregação de padres brasileiros. A terceira característica da nova fundação é a formação específica de missionários brasileiros. A respeito do início da obra, escreve Loreto Couto:

“Vendo estes virtuosos sacerdotes que a seara era copiosa e os operários poucos, e não podiam acudir a todas as partes que estavam pedindo, e carecendo missionários, determinou o venerável Padre Sacramento fundar um Recolhimento, onde se criassem sujeitos que depois saíssem a missionar pelos dilatados sertões destas províncias” (9).

Já no século XVI alguns jesuítas tinham visto com muita clareza a necessidade da formação de um clero nativo, como solução efetiva para a evangelização do Brasil. “É absolutamente necessário cultivar as vocações do Brasil”, afirma Nóbrega a 12 de junho de 1561, “porque se esperam da Europa, muito devagar irá a conversão” (10).

A 1º de novembro de 1584, num documento de significativa importância, Cristóvão de Gouveia, visitador dos jesuítas no Brasil, coloca em relevo o trabalho efetivo dos missionários nascidos no Brasil, que não só têm mais disposição para o trabalho e sacrifício, como conhecendo melhor a língua, obtêm um excelente resultado na evangelização e catequese. O motivo principal desta tomada de posição do visitador era a norma que vigorava na Companhia de Jesus desde 1579, proibindo terminantemente receber como religiosos os “nascidos no Brasil”.

Não obstante as incisivas observações do Padre Gouveia, as restrições contra os brasileiros continuaram até o fim do século não só entre os jesuítas, como nas outras Ordens religiosas (11). Agora, um século após, o Padre Sacramento retoma a idéia de Nóbrega de formar missionários brasileiros. É este o espírito que caracteriza o novo instituto, que encontra aliás um clima favorável no sentimento nativista que começara a surgir como consequência da guerra contra os holandeses.

Os inícios da obra

O Padre João Duarte do Sacramento chegou a Pernambuco em 1659. Juntamente com o Padre Vitória e “alguns companheiros que já o seguiam” iniciou as atividades da missões populares. Para dar estabilidade a esse apostolado pensou na fundação de um instituto ou congregação religiosa. Elaborou portanto as primeiras regras ou estatutos. “O principal emprego dos Padres Congregados de Santo Amaro de Olinda era o exercício da oração, missões e conversão dos gentios e pecadores, e os seus primeiros estatutos se ordenaram a esses virtuosos empregos” (12).

Não sendo ainda diocese, Pernambuco dependia nessa época do bispado da Bahia, representado em Olinda pelo Vigário Geral, na época o provisor e doutor Antônio Coelho da Gama. A ele se dirigiram os novos missionários pedindo “lhes consignasse alguma ermida onde dessem princípio à sua congregação... para que aguardassem os

que voluntariamente quisessem se alistar naquela nova milícia do céu”.

A súplica do Padre Sacramento foi atendida.

“Como era notório o seu zelo e manifesta a sua virtude”, afirma Loreto Couto, o vigário geral colocou à sua disposição três igrejas para a escolha: a de N.S. de Guadalupe, a de S. João e a de Santo Amaro, situadas em diversas partes da cidade. “Fez o venerável padre a escolha da de Santo Amaro, por ser mais retirada do concurso do povo e mais conforme ao Recolhimento de seus espíritos” (13).

A ermida de Santo Amaro pertencia então à paróquia de São Salvador.

“Em 1662, como refere Soares Mariz, deu ele começo à fundação de uma congregação de clérigos, em uma ermida situada nos arredores de Olinda, de cuja instituição se originou a Congregação do Oratório dos Padres de São Felipe Neri, não só no Brasil como em Portugal, e assim ligando-se à sua história o nome do Padre João Duarte do Sacramento, como seu instituidor em Pernambuco” (14).

Surgia assim o primeiro instituto religioso brasileiro. Os padres construíram alguns aposentos junto à ermida, passando a residir lá a partir de agosto de 1662. Surgia assim “o Convento de Santo Amaro dos Padres Recoletos, com a invocação de N. Senhora da Encarnação”. Para dar princípio à sua Congregação, “tomou o Padre Sacramento a roupeta de suas próprias mãos, e a lançou depois aos companheiros. Era

a roupeta de pano da serra pardo, cingiam-se com uma correia, não usavam voltas brancas nos pescoços, e traziam barretes de quatro cantos, como os demais clérigos” (15).

A ermida de Santo Amaro

A ermida de Santo Amaro situava-se num lugar denominado Água Fria, nos arredores de Olinda. A doação foi feita pelo licenciado Manuel Ferreira Nunes, vigário da paróquia de São Salvador, a que estava incorporada, e pelo ermitão Montes Claros, assim vulgarmente chamado, encarregado de zelar por esse local de culto.

“A ermida, escreve Pereira da Costa, compeava em uma aprazível situação, um tanto acidentada e encravada no extremo norte das terras do engenho de Beberibe. A sua construção vinha de afastadas eras e já existia em 1630, quando ocorreu a invasão holandesa e onde foi então levantada uma estância pela nossa gente” (16).

Para as despesas do culto e da nascente instituição tiveram os padres imediatos auxílios, tais como duas propriedades de casas situadas no princípio da rua da Cruz (hoje Bom Jesus) da parte do Rio e das portas do Senhor Bom Jesus, e os terrenos de duas moradas de casa situados na rua da Senzala, por doação do Mestre de Campo João Fernandes Vieira e sua mulher D. Maria César; além disso uns terrenos na Minueira, divididos em seis sítios. Acresce que João Fernandes, por disposição testamentária legou aos clérigos, ermitães e recoletas da igreja de Santo Amaro nos arrabal-

des da vila de Olinda 1:000\$000, com a obrigação de celebrarem para sempre por sua alma uma missa cotidiana e cada ano uma cantada (17).

Na escolha da ermida de Santo Amaro transparece nitidamente o espírito da nova congregação: não visa ela atender às cidades e às vilas, mas ao povo do sertão, índios e caboclos. Eram essencialmente missionários populares, engajados no atendimento pastoral dessa gente marginalizada pela sociedade estabelecida no litoral.

“Entravam pelos sertões mais incultos, afirma Loreto Couto, reduzindo à fé inúmeras nações, e porque quando voltavam ao seu convento vinham muitas vezes com as roupetas rotas e os pés descalços, e com menos asseio em suas pessoas, lhes era muito conveniente aquele sítio retirado” (18).

Institucionalização do instituto

Após esses primeiros inícios carismáticos, foi mister pensar em dar um caráter institucional à nova fundação. “Para maior firmeza desta Congregação, não havendo ainda bispo em Pernambuco, e sendo falecido o da Bahia, recorreram ao cabido, sede vacante, rogando-lhe confirmasse a licença dada pelo seu Vigário Geral e Provisor e os Estatutos, que para a nova Congregação havia feito o venerável Padre Sacramento, até que comodamente recorressem à Sé Apostólica”.

Este período de sede-vacância ocorre entre a morte de D. Pedro da Silva Sampaio, sétimo bispo da

Bahia, em 1649, e o breve governo de seu sucessor D. Estêvão dos Santos, em 1672.

“Vista a súplica, e procedendo exatíssimas diligências, e verdadeiras informações, se fez na Bahia mais manifesta a grande virtude desses zelosos Congregados. Dando o ilustríssimo cabido por muito justificado o procedimento desses Padres, lhes concedeu amplíssima licença, confirmando a sua fundação e aprovando sua Regra e Estatutos, até última resolução da Sé apostólica”.

Estava pois aprovada a título provisório a primeira Congregação religiosa fundada no Brasil.

“Viviam os novos Congregados de Pernambuco com grande fervor, e santidade, acudindo às missões, e observando pontualmente a sua regra e estatutos” (19). Continuava porém pendente a aprovação definitiva da Santa Sé.

As restrições de Roma

Depois de nove anos de existência, foi enviado a Roma o Padre Vitória, primeiro companheiro do Padre Sacramento e professo na nova Congregação para que solicitasse da Santa Sé a aprovação do instituto, em vista dos progressos já realizados. O itinerário do Padre Vitória foi feito através de Portugal. Ao chegar em Lisboa, entrou ele em contacto com o Padre Bartolomeu de Quental, que iniciara também a fundação de uma congregação análoga. O padre Quental pediu ao Padre Vitória que aproveitasse sua ida a Roma para pedir também a confirmação da regra por ele elaborada para sua congregação.

Por ordem do Papa Clemente X, o pedido foi examinado pelo Sagra- do Colégio Cardinalício. Mas o pe- dido foi “indeferido”, a fim de não se multiplicarem novas regras e con- gregações. Só se aprovaram as Con- gregações de Pernambuco e de Lis- boa **ad instar** da Congregação do Oratório de Roma, cujos estatutos haviam sido elaborados por São Fe- lipe Neri. O breve pontifício **Ex in- juncto nobis coelitus** é datado de 17 de julho de 1671, concedendo in- dulgência plenária a todos os que tomassem a roupeta de religiosos.

A medida expressava a tendência do centralismo romano, acentuada desde a época do Concílio de Tren- to. É possível que com isso se ten- ham perdido algumas das caracte- rísticas que o novo instituto apre- sentava. Não obstante, mostrou-lhe o Santo Padre “tão paternal afeto de amor e estimação, que entre ou- tras notáveis graças lhe mandou muitas das sagradas relíquias, com que os tesouros da Igreja enrique- cem os templos da cristandade” (20).

Entre Roma e Lisboa

Tão logo recebeu a aprovação, “remeteu o Padre Vitória os estatutos que Sua Santidade mandara guardar” a Lisboa e Pernambuco. Permaneceu ainda em Roma para resolver com a Santa Sé os aspectos jurídicos da nova instituição, “e lá com opinião de santo faleceu”.

Diante da decisão romana, diver- sa foi a atitude dos religiosos de Pernambuco e de Lisboa.

“Os congregados de Pernambuco aceitaram logo os Estatutos, e em

tudo por tudo se conformaram com a sua observância, e pelo contrário, não se conformando os de Lisboa com aquele Estatuto, escreveu o Pa- dre Bartolomeu de Quental outros que continham algumas modificações acomodadas ao reino, e avisando de sua pretensão ao venerável Padre Sacramento, pedindo-lhe seguisse o seu ditame, recorreu segunda vez a Roma, por nova confirmação dos Es- tatutos para as duas casas de Per- nambuco e Lisboa. Não teve difi- culdade este requerimento e o mes- mo Pontífice Clemente X os apro- vou e confirmou em 24 de agosto de 1672 em forma do breve que começa **Ex injunctis nobis coelitus cum clausula sublata et decreto ir- ritante**.

A Congregação de Lisboa aderiu incondicionalmente aos novos esta- tutos. Mas em Pernambuco essas mo- dificações não foram aceitas, “por se lhe oporem a maior parte dos votos da comunidade, que por re- verência do Santo Patriarca Felipe Neri, continuaram a guardar os seus estatutos, obedecendo à primeira confirmação da Sé Apostólica e pri- meiro parecer do Vigário de Cristo”.

Fiel à anterior decisão romana, a Congregação de Pernambuco man- tinha sua autonomia de Portugal. Esse era o consenso geral quando “em ação de graças, e determinado ânimo com que estavam de guardar os primeiros estatutos feitos por São Felipe Neri e confirmados pelo pa- pa, fizeram os congregados no ano de 1675 três dias de festa, pela so- lenidade do Espírito Santo, implo- rando do divino amor graça para sua perfeição e inteira observância” (21).

Essas circunstâncias nos levam a pensar que o grupo de Pernambuco continuava efetivamente sob a liderança do Padre Sacramento, sem deixar-se influenciar pelo grupo de Portugal.

A proteção real

A Congregação do Oratório gozava não apenas a simpatia das autoridades de Pernambuco mas do próprio governo de Lisboa.

“Logo que foi instituída a Congregação de Santo Amaro, afirma Pereira da Costa, teve do governo da metrópole, a título de dotação, a ordinária de 500 arrobas de açúcar branco nos dízimos da capitania”, de que faz menção a provisão de 15 de outubro de 1681. Já em 1679, constando apenas a Congregação de doze padres, seis deles estavam empenhados no serviço das missões dos índios e tiveram a mercê de quatro pipas de vinho, livres de direitos, anualmente, para uso da casa e sacristia.

Por provisão de 20 de janeiro de 1684 aceitou el-rei D. Pedro II o título de protetor da Congregação de Pernambuco “enquanto houver nos ditos padres o fervor de penetrar os sertões e trazer os índios ao grêmio da igreja e obediência às leis civis” (22). O monarca enfatiza a preocupação missionária dos novos religiosos pela conversão dos índios e seu zelo pastoral no trabalho do sertão. De fato, afastados da vida urbana, eles levavam verdadeira vida eremítica, donde o nome de “padres recoletos”. Conforme observa

Pereira da Costa, foi-lhes também atribuído o nome de “manigrepos”, eremitas típicos da Índia.

“Os padres andavam juntos, isto é, só saíam de dois em dois, não assistiam a festas públicas nem particulares, e não acompanhavam a enterros e procissões. Eram conhecidos por Padres da Madre de Deus, do orago ou padroeiro da igreja da sua casa no Recife, ou também por Manigrepos, que não sabemos de onde lhes vinha esse qualificativo, porquanto Manigrepos, como encontramos em Fernão Mendes Pinto nas suas Peregrinações (século XVII) eram uns eremitas de Pegu, na Índia” (23).

A expressão “Padres da Madre de Deus” só aparece posteriormente, a partir do fim do século XVII. De início eram conhecidos como Padres de Santo Amaro.

Aliás, esta denominação caracteriza bem as duas fases da congregação: a primeira é dos padres brasileiros, pobres missionários, vivendo no ermo, na recoleta de Santo Amaro; a segunda é marcada pela influência lusitana, com padres brilhantes pela ilustração, vivendo no Recife, no convento anexo à igreja da Madre de Deus. O maior interesse da corte era que os religiosos se dedicassem a um trabalho pastoral efetivo, e não ficassem apenas agrupados nos conventos das cidades brasileiras.

Convento da Madre de Deus

À medida em que o trabalho missionário se desenvolvia, sentiu o Padre Sacramento necessidade de criar

uma nova comunidade no Recife. Pereira da Costa nos dá o conteúdo da provisão régia de 15 de outubro de 1681, autorizando a nova fundação.

“Provisão régia concedendo licença para a fundação de um hospício na povoação do Recife, com a declaração de que nela só assistissem até o número de oito religiosos, tendo respeito, diz o príncipe regente, ao que se lhe apresentou por parte do Padre João Duarte do Sacramento, prepósito da Congregação do Oratório de Santo Amaro de Pernambuco, que, para aumentar e estabelecer o exercício em que se ocupavam os missionários daquela Congregação, tinham dado princípio a uma igreja e casa na praça do Recife, com licença da Câmara, a título de hospício, e que suposto tinham já a igreja e alguns agasalhados, não tinham a porta aberta, por esperar lhe fizesse mercê mandar se abrisse sem impedimento, sendo seu padroeiro e tomando debaixo da proteção real aquela Congregação, dando-lhe licença para continuar com a dita igreja e casa, por ficar a de Santo Amaro muito distante e aquela do Recife ser de muita utilidade para a redução dos índios, com que eles lidavam, e a distância dos sertões, de muito trabalho para os missionários que os penetravam; e que das quinhentas arrobas de açúcar que já se lhes havia feito mercê de ordinária ou dotação da Congregação, pudessem os religiosos aplicar aquela porção que lhes parecesse necessária para a manutenção do dito hospício do Recife”.

E Pereira da Costa acrescenta:

“Efetivamente, já então estava fundado o hospício com a sua pequena igreja, sem porta para a rua, porque assim o ordenara a Câmara, que depois se abriu por concessão do governador e do bispo, a requerimento do povo no ano de 1683” (24).

Como se vê, a idéia inicial é que Santo Amaro continuasse o centro da Congregação, e no Recife se estabelecesse apenas uma pequena comunidade, quer para atender aos interesses da nova Congregação junto as autoridades constituídas, quer para facilitar a tarefa de trazer os índios à civilização.

Em 1688, porém, após a morte do fundador, a sede da Congregação foi transferida para o Convento da Madre de Deus.

Nomeação episcopal do Padre Sacramento

O prestígio do Padre Sacramento era grande no novo bispado de Pernambuco. O bispo da diocese D. Estêvão confiara-lhe o governo enquanto não vinha ao Brasil tomar posse do cargo. Esta função foi exercida pelo Padre Sacramento de maio de 1677 até abril do ano seguinte. Essa distinção de administrador diocesano foi-lhe também confiada quando o bispo partiu para Portugal em 1661. Em seguida foi designado como bispo diocesano. A esse respeito, escreve Pereira da Costa:

“Dando-se no ano de 1685 a vaga da mitra de Olinda pela translação de D. Estêvão Brioso de Fi-

gueiredo para a diocese de Funchal, acertadamente recaiu a escolha da sucessão no Padre Sacramento, que, à sua qualidade de preposto da Congregação de São Filipe Neri, reunia então a de governador do bispado.

“E para tão elevado cargo, para tão alta dignidade, lhe sobravam sem dúvida, os melhores títulos, os maiores predicados e todo o merecimento possível, a ele que tinha conquistado um nome respeitável e venerado pelos seus serviços em prol da catequese e civilização dos índios; que tantos benefícios havia prestado em favor dos vencidos pretos dos Palmares; a ele, enfim, a quem se devia pelas suas constantes e reiteradas representações dirigidas a el-rei D. Pedro II a criação do bispado de Olinda, e cujo monarca tinha perfeito conhecimento das suas virtudes, sabedoria, grande merecimento, e sobretudo de sua piedade e zelo pelo esplendor da religião” (25).

Todavia o Padre Sacramento não chegou a tomar posse da diocese.

“Confirmado pela bula **Hodie siquidem** do Papa Inocência XI de 10 de setembro de 1684, não tomou posse nem sequer foi sagrado por ter falecido a 10 de janeiro de 1686 no Convento da Madre de Deus do Recife, em cuja igreja foi sepultado (26). Num antigo manuscrito copiado pelo Cônego de Olinda, Francisco do Rego Maia e publicado no periódico Santa Cruz de 17 de janeiro de 1872 lê-se:

“Mas não quis Deus que tivesse Pernambuco a felicidade de gozar de um Prelado a quem deveu o

maior amor; porque, expedidas em Roma as bulas necessárias para se ir sagrar na Bahia pelo Arcebispo Metropolitano com assistência de dois abades beneditinos, deu fundo neste porto o navio ao tempo em que se lhe estavam fazendo o ofício do corpo presente na igreja de N. Senhora Madre de Deus, da Congregação do Oratório, que fundara” (27).

A crise interna

É bem possível que a morte do fundador tenha deixado os congregados de Pernambuco sem muita segurança do rumo a seguir. A ida a Lisboa dos Padres André Luís e Servan Louzel “como Procuradores desta Congregação” ocorreu provavelmente logo após a morte do Pe. Sacramento. Conforme informa Loreto Couto, os dois padres “se comunicam com o Pe. Quental, e resolveram trazer os estatutos daquela Congregação para se observarem nesta”.

A idéia de uma dependência de Lisboa, rejeitada inicialmente, passa agora a ser confirmada.

“Com o pretexto de ajudar os nossos Congregados, continua o cronista beneditino, veio para Pernambuco o Padre João Lobo, e com ele vinte sujeitos entre Padres e Irmãos. Chegaram a Pernambuco a 10 de maio de 1687; foram recebidos pelos padres congregados de Santo Amaro, por entenderem se lhes multiplicavam companheiros para seus virtuosos exercícios. Mas, congregados em 13 do dito mês, todos os padres e irmãos, se propôs a aceitação dos estatutos feitos ou modi-

ficados pelo venerável Padre Quental, e concorrendo maior número de votos, foram aceitos aqueles estatutos” (28).

Não obstante, não foi pacífica essa mudança de orientação.

Houve novamente recurso ao papa e ao rei de Portugal; mas foi confirmada a autoridade da Congregação de Lisboa, “depois de muitas sentenças”, com o amparo do sereníssimo Rei D. Pedro II de gloriosa memória com cujo favor alcançara um motu próprio do Senhor Papa Clemente XI.

“Tempos depois houve uma grande controvérsia entre os padres, querendo uns que a Congregação se regesse pelos estatutos de Roma e outros pelos da casa de Lisboa, que foram os mesmos de Pernambuco, questão essa que se prolongou por muitos anos, chegando ao ponto de ser expulsos o prepósito e outros padres, até que foi decidida pelo papa, por decreto consistorial de 10 de dezembro de 1701, pelo qual impôs perpétuo silêncio no litígio, anulou todas as censuras fulminadas, extinguiu todas as lides que até então se tinham movido, inibiu a quaisquer juizes conhecerem de outras concernentes à mesma matéria, e mandou observar os estatutos da Congregação de Lisboa, concedendo enfim à nossa Congregação a faculdade de julgar, conforme as suas leis, o que fosse mais conveniente ao serviço de Deus, na matéria de disposição, expulsão, reintegração e recepção do padre prepósito, que tinha sido, e dos seus sócios. Todos os documentos relativos a essa renhida e prolongada questão vem

consignados na obra **Prática Judiciária** do Dr. Antônio Varguerve Cabral, que foi Ouvidor-Geral de Itamaracá” (29).

A crise foi tão forte que Loreto Couto fala repetidamente de “vencedores” (lusitanos) e “vencidos” (brasileiros). A partir de então, muitos padres brasileiros se desligaram da Congregação do Oratório.

“E porque nem tudo que o zelo inspira se acomoda com a razão de todos, conclui Loreto Couto, e pessoas ainda que santas sujeitas a temerários impulsos, entenderam muitos daqueles virtuosos padres que se não deviam sujeitar a outros Estatutos”. Em consequência “largaram a Recoleta, e uns professaram em religiões aprovadas e outros que ficaram no século fizeram sempre uma vida exemplar e penitente”.

“Os padres vencedores passaram a fundar casa no Recife, onde tem florescido em virtudes e letras; e a da Senhora da Encarnação de Santo Amaro ficou servindo para casa de convalescença, e recreação dos padres congregados, e por esse modo desapareceu de Olinda aquele teatro de virtudes, edificação e exemplo” (30).

Uma tentativa falida

Um dos antigos padres do Oratório, Gaspar Dias, ainda tentara defender os interesses de seus compatriotas. Natural da cidade de Olinda, Gaspar Dias era irmão do Padre Manuel Saraiva, da Companhia de Jesus. Entusiasmado pelo fervor da Recoleta de Santo Amaro, decidira-se entrar para a nova Congre-

gação, “determinado deixar o mundo, calcando até as esperanças com os pés do desprezo”.

“Vendo que o convento dos Congregados de Olinda, acrescenta Loreto Couto, era a aula em que se ensinava com o exemplo a seguir este desengano, professou o seu instituto, e com as suas letras e virtudes ajudou e concorreu muito para o lustre e aumento da primitiva perfeição desta virtuosa palestra. Passava dias e noites, contemplando em os divinos atributos, de cuja suave meditação o suspendia o zelo com que saía a pregar pelas aldeias dos índios e lugares vizinhos, colhendo sempre copiosos frutos das suas apostólicas tarefas. O silêncio, a mortificação, o retiro, e a contemplação das coisas do céu eram os pólos sobre que se movia a roda de toda sua observância”.

Não obstante, esse entusiasmo primitivo foi conturbado com a vinda dos portugueses em 1687, querendo dar outra orientação à congregação.

“Com ânimo imperturbável tolerou diversas contradições que se armavam contra os primeiros congregados por outros que vieram do reino, fomentadas pelo Padre João Lobo”. Finalmente, resolveu lançar mão da última tábua de salvação. Ir pessoalmente a Roma apelar ao papa em nome dos direitos dos primitivos membros do instituto.

“Sentindo as desordens e distúrbios que causava na congregação a variedade de pareceres, saiu de sua pátria depois de haver provado os últimos esforços da contradição. Fu-

gitivo e estropeado de sem razões, porém não queixoso... passou a Roma, onde não acertou a abrir nem caminho fácil, nem seguro a suas pretensões, ficando todas as suas diligências superadas de forças contrárias, senão mais naturais, mais poderosas”.

Tendo malgrado em sua missão, caiu enfermo e veio a falecer pouco depois. “Atenuado com tantos trabalhos, e com o excesso das penitências, lhe sobreveio uma aguda febre pela qual conheceu ser chegado o termo de sua vida, e recebendo os sacramentos com grande piedade faleceu em um hospício em Roma” (31). Com ele sossobrava a última esperança de sobrevivência do primitivo espírito da fundação brasileira.

O predomínio português

Passada a crise, a Congregação do Oratório continuou o seu surto, mas agora com um predomínio nitidamente lusitano. Esse aspecto repercutiu também na primitiva visão apostólica da Congregação. Perdeu seu aspecto tipicamente popular para se enquadrar na pastoral tradicional de atendimento à população urbana, e especialmente portuguesa, que predomina em Recife. Mais do que missionários, passam a exercer as funções de párocos ou vigários.

Isto explica também a mudança da sede da Congregação de Olinda para Recife, em 1688.

“Prevalecendo os novos Estatutos, e com eles a obrigação de sermões e práticas todos os domingos, e dias santos; e efetiva assistência no confessionário, que na casa de

Santo Amaro se não podiam observar por ser lugar deserto, e de pouco recurso, determinaram fundar no Recife um Hospício, onde melhor pudessem satisfazer suas obrigações. Impetrada a licença, lhes foi concedida para a fundação de um Hospício de doze padres, o que com brevidade se executou. Em pouco tempo se aumentou grandemente esta casa, assim em edifícios suntuosos como no número de padres” (32).

El-Rei lhe deu ampla licença para que este convento fosse o principal da Congregação, o que foi confirmado em seguida por breve apostólico. Não obstante, o problema nativista fervia sob as cinzas, para reacender com todo o vigor algum tempo depois no movimento conhecido como a guerra dos mascates.

Os religiosos na guerra dos mascates

Em princípios do século XVIII Pernambuco foi teatro da chamada guerra dos mascates, tendo como pano de fundo a rivalidade entre Olinda e Recife. Esse ressentimento provinha em grande parte da ruína da antiga capital, arrasada no tempo da guerra contra os holandeses, e ainda mal reconstruída, e do desenvolvimento e progresso da povoação do Recife.

A origem da guerra foi o antagonismo crescente entre a aristocracia brasileira dos senhores de engenho, muitos dos quais tinham suas casas em Olinda, e os negociantes portugueses que habitavam no Recife, de-

signados com desprezo com o nome de “mascates”.

É provável que o aspecto econômico tenha sido o mais relevante nessa guerra. Mas se evidencia também o aspecto nativista e a conotação religiosa entre os motivos que justificam a luta, apresentada aos brasileiros como uma defesa da pátria e da religião. O bispo, D. Manuel Alves da Costa, mostra-se hesitante, aderindo ora a um ora a outro grupo dos contendentes.

É ampla a participação do clero e dos religiosos da região. Beneditinos e franciscanos se destacam no apoio aos brasileiros de Olinda. Eis como o cronista descreve a entrada dos vitoriosos sublevados em Recife:

“Incorporados, como digo, vieram todos marchando pelo Recife, diante deles o provedor e ouvidor a cavalo, e quase todos os religiosos dos conventos. Constava toda a marcha de 1.100 homens, gente toda das freguesias da Mata, São Lourenço e Santo Antônio e da Varge; compunham-se de brancos, mulatos, tapuios e pretos. Foram todos em som de guerra, com caixas mas sem bandeiras. Foram por mercê de Deus e de Nossa Senhora (cujo terço ia o vigário da matriz do Recife Francisco Fonseca Rego com alguns escravos diante deles em voz alta cantando) muito quietos para a cidade eleger juiz do povo, e chegando às portas do Bom Jesus, se despediram todos os que devotamente os acompanhavam dando graças a Deus e aos santos pelo bom sucesso” (3).

Os Padres do Oratório são praticamente os únicos religiosos que se

colocam ao lado dos portugueses do Recife. Entre eles destacam-se os padres João Ferrão, Afonso Broa, João da Costa e Cipriano da Silva. A este último se atribui a "Narrativa histórica das calamidades de Pernambuco". Em carta ao seu sobrinho que se achava no cerco de Recife, o Pe. Nicolau de Figueiredo refere-se aos Padres do Oratório como "traidores".

"...E não fique convento que não se remanche, mandando aos religiosos que saiam para fora, que todos são traidores, principalmente os recoletos..." (34).

Por outro lado os brasileiros apresentam como bandeira da revolução o santo protetor da primitiva sede dos Padres do Oratório. O Padre José de Medeiros Furtado oferecera-se como capelão do presídio Boa Vista, sede da artilharia dos sublevados, onde se orgulhava de ter, sob sua guarda, a imagem de Santo Amaro dos Recoletos, apresentada como padroeiro da Revolução. Assim a primitiva ermida, outrora local de resistência contra os holandeses e em seguida sede da primeira Congregação religiosa brasileira tornava-se também a expressão do sentimento nativista que começava a despertar em Pernambuco.

Nova fisionomia da Congregação do Oratório

A partir do século XVIII a pastoral urbana de cunho europeu predomina sobre o primitivo ideal missionário da Congregação do Oratório. Esta sobrecarga de padres que vivem na cidade leva D. João V a escrever ao governador e capitão

geral da capitania de Pernambuco a 22 de outubro de 1736, para que lhes incremente a atividade missionária:

"E aos padres da Congregação do Oratório, ainda que tenham quatro aldeias por sua conta, como têm bastante número de Congregados, se lhes dêem mais duas outras e que às mais religiões se lhes encarreguem as missões conforme o número que tiverem de religiosos e capacidade deles para as regerem" (36).

Todavia, ainda em 1749, conforme se lê na "Informação geral da Capitania de Pernambuco", continuava a Congregação do Oratório apenas com quatro aldeamentos de "caboclos", com um missionário à frente de cada um, apesar de se registrarem então 52 religiosos na Congregação (37). Em 1757, conforme Loreto Couto, havia na Congregação "mais de cinquenta sacerdotes" tendo sido a casa do Recife muito ampliada "em edifícios suntuosos". Nessa época já possuíam os Padres do Oratório um curso de filosofia e teologia para formação de novos sacerdotes.

É provável que nessa época a vida religiosa estivesse bastante florescente no Recife, se dermos crédito às afirmações de D. Domingos de Loreto Couto, que soam quase como um panegírico:

"O clero é comedido, grave, virtuoso e douto. Os constituídos em dignidade como pelos graus de merecimento subiram com justiça. Sabem usar da sua autoridade com modéstia. Os regulares são recolhidos, exemplares e penitentes..." (38).

Todavia, os mesmos dados por ele apresentados nos mostram uma superabundância de clérigos e religiosos na cidade.

Abandono da pastoral do sertão

A opção portuguesa da Congregação do Oratório em pró da pastoral urbana apresenta diversos aspectos importantes que merecem estudo aprofundado. Tal orientação, porém, significou passar para segundo plano a finalidade primitiva de uma autêntica pastoral para o homem do sertão.

A "Informação Geral da Capitania de Pernambuco" se encerra com a seguinte apresentação das "qualidades de pessoas que se compõe o país":

"Branços, pretos, mulatos: que são filhos de brancos com negros. Cariós, que são filhos de índia com negro, que também lhes chamam mestiços. Mamelucos, que são filhos de índia com brancos. Tapuias são os naturais da terra, que vivem no sertão, e não falam uma língua geral, senão cada nação a sua particular. Cabôcolos são os que moram na costa, e falam língua geral. A estes naturais é comum o nome de índios, tanto aos que vivem na costa, como no sertão" (39).

Filho do Recife e conhecedor de toda a região como visitador do bispado, Loreto Couto nos especifica melhor o termo cabocro ou caboclo, como se dizia na época:

"O nome **cabôcoro** que com erro se escreve e pronuncia cabôcolo deriva dos nomes **caab** e **oca**, dos quais o primeiro significa "mato" e o segundo "casa", e vem a dizer ho-

mem que tem casa no mato... O nome de cabôcoros lhes foi imposto em seu princípio porque muitas dessas nações viviam dispersas pelos matos em cabanas que formavam de ramas e folhas de árvores, e os que viviam em suas aldeias e povoações chamavam os outros cabôcoros. Assim como entre nós chamamos cidadãos aldeanos aos que vivem em aldeias fora dos maiores povoados; mas é certo que esse nome não era afrontoso" (40).

A segregação do índio e do cabocro, colocados à margem da civilização continuava ainda, a ponto de exigir o alvará de D. José I em favor dos índios e cabocros, datado de 4 de abril de 1755, nos seguintes termos:

"Sou servido declarar que os meus vassallos deste reino e da América que se casarem com os índios delas, não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de minha real atenção; e que nas terras em que se estabelecerem, serão preferidos para aqueles lugares e ocupações que couberem na graduação de suas pessoas; e que seus filhos e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma, em razão destas alianças, em que serão também compreendidas as que se acharem já feitas antes desta minha declaração. E outrossim proíbo que os ditos meus vassallos casados com índias ou seus descendentes sejam tratados com o nome de cabôcolos, ou outro semelhante, que possa ser injurioso" (41).

Nesse momento histórico, em que se poderia ter dado ênfase a uma

pastoral do sertão, a Congregação do Oratório seguia já uma orientação diversa. Em fins do século XVI, a predominância do elemento europeu na Companhia de Jesus fizera diminuir o interesse pelo "gentio" e pelas missões entre os indígenas, em favor dos colégios nos centros urba-

nos. Em modo análogo, também a nova fisionomia que assume a Congregação do Oratório obscurece a imagem carismática dos primeiros missionários recoletos, peregrinando pelos sertões mais incultos, "com as roupetas rotas e os pés descalços" (42).

NOTAS

1. AZZI, RIOLANDO, **Antigas Ordens Religiosas do Brasil extintas no período colonial e imperial**, *Convergência*, março 1977, página 110. 2. AZZI, RIOLANDO, **Os jesuítas e o movimento de reforma católica no século XIX**, *Convergência*, 1976, outubro, 491-505. 3. AZZI, RIOLANDO, **A Ordem das Mercês no Brasil, instalação, expansão, extinção**, *Convergência*, 1976, novembro, 558-575. 4. LACOMBE, A. JACOBINA, **As Ordens Religiosas no fim do Primeiro Reinado e na Regência. A extinção dos Oratorianos**, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, volume 307, Rio de Janeiro, 1975, 136. 5. COUTO, D. DE LORETO, DOM, **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, Rio de Janeiro, 1904, 190-191. 6. Idem, ver nota 5, página 150. 7. COSTA, F. A. PEREIRA DA, **Anais Pernambucanos 1666-1700**, Recife, 1952, IV, 274. 8. Idem, ver nota 7. 9. Idem, ver nota 5, página 150. 10. NÓBREGA, MANUEL DA, **Cartas do Brasil (1549-1560)**, Rio de Janeiro, 1931, 15. 11. AZZI, RIOLANDO, **Os Jesuítas e a formação do clero no Brasil**, *Convergência*, 1976, janeiro/fevereiro, 46-50. 12. Idem, ver nota 9, página 164. 13. Idem, ver nota 5, página 150. 14. Idem, ver nota 7, página 274. 15. Idem, ver nota 5, página 151. 16. Idem, ver nota 7, página 210. 17. Idem, ver nota 7, página 211. 18. Idem, ver nota 5, página 164. 19. Idem, ver nota 5, página 151. 20. Idem, ver nota 5, página 152. 21. Idem, ver nota 5, página 152. 22. Idem,

ver nota 7, página 47. 23. Idem, ver nota 7, página 48. 24. Idem, ver nota 7, página 200. 25. Idem, ver nota 7, página 275. 26. BARATA, JOSÉ DO CARMO, Côn., **História Eclesiástica de Pernambuco**, Recife, 1922, 48. 27. Idem, ver nota 26, página 48, nota 56. 28. Idem, ver nota 5, página 152. 29. Idem, ver nota 7, páginas 46-47. 30. Idem, ver nota 7, página 153. 31. Idem, ver nota 7, páginas 324-325. 32. Idem, ver nota 7, página 164. 33. **Narrativa histórica das calamidades de Pernambuco sucedidas desde o ano de 1707 até o de 1715**, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo 53, parte II, Rio de Janeiro, 1890, 46. 34. Idem, ver nota 33, página 58. 35. Idem, ver nota 33, página 58. 36. **Informação Geral da Capitania de Pernambuco**, 1749, em *Anais da Biblioteca Nacional*, volume 37, Rio de Janeiro, 1906, página 396. 37. Idem, ver nota 36. 38. Idem, ver nota 5, página 199. 39. Idem, ver nota 36, página 483. 40. Idem, ver nota 5, páginas 56-57. 41. Idem, ver nota 5, páginas 54-55. 42. Também Pereira da Silva, evocando provavelmente Loreto Couto, refere-se a este aspecto, descrevendo as atividades dos oratorianos em "suas missões pelos mais longínquos e incultos sertões, reduzindo à civilização e à fé inúmeras tribos de índios bravios, selvagens, regressando doentes. Desfeitos, com as vestes rotas, os pés descalços, chagados". COSTA, F. PEREIRA DA, **Anais Pernambucanos, 1666-1700**, Recife, 1952, IV, 47.

LIVROS NOVOS

CONCILIUM/116 — 1976/6: NÚMERO X. Editora Vozes, Petrópolis. Páginas 128.

CRISTÃOS E MUÇULMANOS. Dando continuidade aos estudos de caráter ecumênico, a revista Concilium dedica este fascículo ao Islã. Em quinze artigos concentrados e dois apêndices, é apresentada a abordagem especial de vasta matéria, que engloba:

1º) **Aspectos históricos** do relacionamento entre cristãos e muçulmanos.

2º) **Questões teológicas** em torno da validade da Religião Islâmica e da legitimidade de seu conteúdo e dependência bíblica. Descrevem-se, num enfoque crítico, as atitudes do pensamento cristão face ao Islã, quer por parte do catolicismo, como no mundo da Ortodoxia Oriental e da Reforma.

3º) **Estudo das correntes modernas** mais significativas dentro do Islã, empenhadas em movimentos de reformas religiosas e sócio-culturais, ou no sentido de fortalecer a tradição corânica, ou incentivando aberturas para a modernidade ocidental.

4º) **Apresentação e análise da situação** do diálogo islamo-cristão na atualidade e as proposições bilaterais em perspectiva de seu relacionamento no futuro. Os artigos, todos de renomados especialistas do assunto, dão uma visão

global dos aspectos que condicionaram e condicionam o relacionamento entre cristãos e muçulmanos, expondo com objetiva seriedade cultural as respectivas posições, salientando os pontos de encontro para uma compreensão mútua mais real e profunda.

A ARTE DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO, Rollo May. Tradução do original norte-americano **The Art of Counseling,** de Wayne Tobelem dos Santos e Hipólito Martendal. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 210.

Um livro prático, um guia de aconselhamento em que a teoria vem após o estudo dos casos concretos e demonstrações ilustrativas. A obra desenvolve palestras proferidas pelo autor nos "Seminários de Educadores" da Igreja Episcopal, na Carolina do Norte e Arkansas, EUA, e logo as maiores revistas de Teologia e de Educação Religiosa norte-americanas passaram a indicá-la como "livro de cabeceira" para educadores, psicólogos, confessores e orientadores espirituais.

— Não apenas o diretor de curso, que deve lidar com alunos brilhantes, mas reprovados; ou o orientador, a quem recorrem os calouros tímidos, oprimidos por um sentimento de inferioridade, mas também o ministro religioso que atende a domicílio, o chefe de acampamento com seus jovens junto ao lago, o professor com seus estudantes do sexto ano, ou formandos de faculdade, enfim, um número infinito de pessoas, em vocações inúmeras, se dão conta de que estão sendo requisitadas para o aconselhamento, para moldar personalidades, querendo ou não".

A OBEDIÊNCIA

- NÃO é propriamente um instrumento ascético para ser usado ao sabor do arbítrio das pessoas.
- NÃO é uma virtude que possa ser cultivada hoje e eclipsada amanhã.
- NÃO é uma forma de exercício de domínio de umas pessoas sobre outras, pela qual umas dispõem das outras segundo a índole de seus planos pessoais.
- NÃO se situa na faixa das inúmeras obediências necessárias à boa regulamentação da atividade em todos os campos da vida e do agir humano.

A OBEDIÊNCIA NA VIDA RELIGIOSA

- É algo de muito mais profundo e se encontra no nível da relação direta entre Deus e o homem, entre Deus e cada homem, entre Deus e todos os homens.
- Pressupõe a compreensão de que todos aqueles que foram vocacionados à vivência radical do projeto evangélico entendem que estão *continuando a presença e a missão* de Jesus.
- Supõe a convicção de que, na prática e na história, este chamado de cada indivíduo se faz no contexto de uma comunidade.

(Do artigo: "O voto de obediência: um enfoque exigente e atual", página 276)
